

Revista

# ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 2 • MAR 2025



**COP29**

Baku  
Azerbaijan

UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

**SECÇÃO ESPECIAL**

PÁG. 29-33

**EM DESTAQUE**

**Fundos Climáticos para a  
Transição Energética**

PÁG. 9

**CASOS DE SUCESSO**

**Regulamentação de  
Mercados de Carbono e  
Créditos de Carbono  
na CPLP**

PÁG. 17

# FINANCIAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO  
CLIMÁTICO PARA A TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA NA CPLP



**ALER**

Associação  
Lusitana  
de Energias  
Renováveis

## EM DESTAQUE

### 2º E 3º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

ORGANIZAÇÃO

PRESIDÊNCIA SANTOMENSE DA CPLP



COMISSÃO TEMÁTICA DE ENERGIA DA CPLP



## FICHA TÉCNICA

REVISTA  
ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 2  
MARÇO 2025

EDIÇÃO

ALER - ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA  
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

DESIGN

ALER - ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA  
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

FOTOGRAFIAS

CAR6ON, AGÊNCIA DE MARKETING  
E COMUNICAÇÃO, CABO VERDE

ALER - ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA  
DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELOP - ASSOCIAÇÃO DE  
REGULADORES DE ENERGIA DOS  
PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL  
PORTUGUESA

APOIO INSTITUCIONAL



PARCEIROS



FINANCIADORES



PATROCINADORES

OURO



PRATA



BRONZE



# ÍNDICE

- 4** EDITORIAL  
**OS DESAFIOS CLIMÁTICOS EXIGEM NÃO APENAS A CONSCIENCIALIZAÇÃO, MAS TAMBÉM O FINANCIAMENTO ADEQUADO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES EFICAZES**
- 
- 5** ARTIGO  
**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE TEM VINDO A DINAMIZAR UMA AMBICIOSA AGENDA DE COOPERAÇÃO DO SECTOR DA ENERGIA NO ESPAÇO DA CPLP**
- 
- 6** ARTIGO  
**FUNDO CLIMÁTICO E AMBIENTAL, UMA RESPOSTA SUSTENTÁVEL AOS DESAFIOS DE CABO VERDE**
- 
- 7** EM DESTAQUE  
**SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP**
- 
- 9** EM DESTAQUE  
**2º SEMINÁRIO: FUNDOS CLIMÁTICOS**
- 
- 14** ARTIGO  
**OS DESAFIOS DO SECTOR PRIVADO NO ACESSO AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO**
- 
- 17** EM DESTAQUE  
**3º SEMINÁRIO: MERCADOS DE CARBONO**
- 
- 20** ARTIGO  
**VERT ECOTECH: INOVAÇÃO NO MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO DE ALTA QUALIDADE**
- 
- 22** ARTIGO  
**OPORTUNIDADES NO MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO EM PORTUGAL**
- 
- 23** ARTIGO  
**O MERCADO DE CARBONO E A FONTE SOLAR FOTOVOLTAICA**
- 
- 27** EM PERSPECTIVA  
**GET.TRANSFORM: IMPULSIONANDO A TRANSIÇÃO (SIN)ENERGÉTICA EM MOÇAMBIQUE E NA CPLP**
- 
- 28** SAVE THE DATE  
**SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP REGRESSA EM 2025**
- 
- 29** SECÇÃO ESPECIAL  
**COP 29, BAKU AZERBAIJÃO**
- 
- 30** ARTIGO  
**PARTICIPAÇÃO NA COP29 FOI UM MARCO SIGNIFICATIVO NA ACTIVIDADE DA ALER**
- 
- 31** EM REVISTA  
**MINISTRA DO AMBIENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DESTACA RELEVÂNCIA DA COOPERAÇÃO DA CPLP NA PROCURA DE SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS PARA O SECTOR ENERGÉTICO**
- 
- 33** EM ENTREVISTA  
**AVALIAÇÃO DA COP29: PRESIDENTE DA AMER DESTACA FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**
- 
- 34** SAVE THE DATE  
**II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP**



## EDITORIAL

# “Os desafios climáticos exigem não apenas a consciencialização, mas também o financiamento adequado para a implementação de soluções eficazes”

MAYRA PEREIRA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (ALER)

4

A missão da ALER passa por promover as energias renováveis nos países africanos de língua portuguesa, colaborando com os sectores público e privado para criar plataformas de cooperação que fortaleçam o ambiente de negócios e maximizem os benefícios socioeconómicos. Este trabalho é crucial para enfrentar os desafios climáticos, especialmente na mobilização de fundos que possibilitem a transição para uma economia de baixo carbono.

Visamos garantir uma transição energética justa e inclusiva, onde as energias renováveis desempenhem um papel essencial no acesso universal à energia. Ao alinhar a nossa actuação com a agenda climática global e ao captar recursos, buscamos não apenas mitigar os efeitos das mudanças climáticas, mas também promover um futuro sustentável e equitativo. Assim, estamos a criar um ambiente onde o desenvolvimento socioeconómico e a preservação ambiental caminham juntos, beneficiando as nossas comunidades e fortalecendo a resiliência diante das adversidades climáticas.

No 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP tivemos a oportunidade de discutir estratégias essenciais para a mobilização de fundos climáticos, um tema de extrema importância para todos nós. Os desafios climáticos exigem não apenas a consciencialização, mas também o financiamento adequado para a implementação de soluções eficazes. É fundamental que os nossos países se unam para identificar fontes de financiamento, desde organismos internacionais até iniciativas locais, que possam apoiar projectos inovadores em energias renováveis e sustentabilidade.

Adicionalmente, a partilha de conhecimento entre os países de língua portuguesa é um aspecto crucial. O intercâmbio de experiências e boas práticas pode ajudar-nos a enfrentar os desafios climáticos de forma mais eficaz. Aprendendo uns com os outros, fortalecemos as nossas capacidades e aceleramos a implementação de soluções que já estão a ser testadas com sucesso em várias partes do mundo.

Nos próximos meses, teremos momentos importantes em que a nossa união será fundamental, como a CoP30 em Belém do Pará (Brasil), e o African Climate Summit, que poderá marcar um ponto significativo para os países africanos de língua portuguesa. Estes eventos são oportunidades valiosas para reforçar a nossa presença e voz nas discussões sobre clima e sustentabilidade. É essencial que nos apresentemos de forma coesa e informada, destacando as nossas particularidades, desafios e conquistas, prontos para contribuir com propostas que reflectam as realidades das nossas comunidades.

Portanto, convido todos a participarem activamente neste diálogo. Que possamos explorar juntos as melhores formas de alavancar recursos, partilhar conhecimentos e colaborar em projectos que não apenas beneficiem as nossas nações, mas que também façam a diferença no combate às mudanças climáticas a nível global.

Termos estado em Cabo Verde, rodeados por irmãos e irmãs — sublinho irmãs, pela caminhada que temos tido ao longo dos anos para incluir uma lente de género mais forte —, nos recorda que a nossa união é a força que nos impulsiona a enfrentar os desafios e a construir um futuro mais sustentável e próspero juntos.

Gostaria de expressar o meu agradecimento pelo apoio dos nossos parceiros na organização deste evento, em particular à Direcção Nacional da Indústria, Comércio e Energia do Ministério da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde e à Direcção Nacional de Planeamento, do Ministério das Finanças de Cabo Verde. Agradeço também aos patrocinadores do seminário, que contribuíram para um maior prestígio e projecção deste evento: o Programa GetTransform, a ANPG - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola, a ALSF - African Legal Support Facility, a Miranda Alliance, a Sonaqás e a APP - Águas de Ponta Preta.

A cooperação e coordenação de esforços está no ADN da ALER, desde o seu início há 10 anos, e continuará nos próximos 10 anos e seguintes. Podem contar connosco para apoiar, promover e dar voz a este bloco de países falantes de português, de forma a alavancar as transições energéticas dos nossos países e enfrentar os desafios climáticos de forma mais eficaz.

## ARTIGO

# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE TEM VINDO A DINAMIZAR UMA AMBICIOSA AGENDA DE COOPERAÇÃO DO SECTOR DA ENERGIA NO ESPAÇO DA CPLP

POR  
PRESIDÊNCIA SÃO-TOMENSE DA CPLP

5

São Tomé e Príncipe, no âmbito da sua presidência em exercício da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem vindo a dinamizar uma ambiciosa agenda de cooperação do sector da energia no espaço da CPLP, dando seguimento ao tema da Presidência São-Tomense, “Juventude e Sustentabilidade na CPLP”, e atendendo à Declaração da presidência da CPLP, onde foi exortada a necessidade de incentivar o aprofundamento da cooperação nos sectores da juventude, da energia e da sustentabilidade no nosso espaço comunitário.

A operacionalização das várias iniciativas incluídas nesta agenda, tem sido feita em estreita articulação com a Comissão Temática de Energia e Clima dos Observadores Consultivos da CPLP, coordenada pela ALER, da qual o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais (MIRN) é também Associado Honorário e com quem já colabora há vários anos.

Foi dinamizada a Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP, com um conceito pioneiro de cooperação triangular, assente na coordenação intersectorial entre as áreas da energia, ambiente e finanças dos vários países membros. Estes seminários criaram um novo espaço de diálogo e intercâmbio e têm dado corpo ao debate central nos dias de hoje, sobre a mobilização de fundos que possibilitem uma transição energética para economias de baixo carbono.

Os três Seminários já decorridos – em Lisboa, Portugal a 2 de Julho, na Cidade da Praia, Cabo Verde a 30 de Outubro, e no Rio de Janeiro, Brasil a 4 de Novembro – têm sido muito participados e atraído enorme interesse junto do sector público e privado dos diferentes países de língua portuguesa, contando com delegações ministeriais e reunindo um total de 88 oradores, 305 participantes presenciais e mais de 1700 participantes online.

O 4º Seminário da Série, decorrerá no dia 26 de Março de 2025, em São Tomé e Príncipe, na capital de S. Tomé, será o culminar destes encontros, com vista a firmar as bases de um roteiro de cooperação 2030 em energia e clima.

Mais recentemente, em plena COP29 em Baku, foi lançada a II Conferência de Energia da CPLP, que terá lugar nos dias 27 e 28 de Maio de 2025, em Cascais (Portugal), com o tema: “Impulsionando uma Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva para a CPLP”. A conferência será realizada após a III Reunião de Ministros de Energia da CPLP, no dia 26, onde os Ministros irão acordar e aprovar o Plano de Acção bienal e Plano de Cooperação Estratégico de Energia da CPLP para os próximos 6 anos.

Dos encontros que têm sido promovidos, emergiu a importância e necessidade de consolidação de um bloco coeso e coordenado dos países de língua portuguesa, que

permita otimizar a partilha de conhecimento e recursos, enfrentar de forma mais eficaz os desafios energéticos e climáticos, mas também fortalecer o posicionamento dos países de língua portuguesa a nível internacional.

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, integram uma comunidade com uma enorme diversidade ecológica, económica, social e cultural. Reconhecendo esta diversidade, estes países, unidos pela língua portuguesa, compartilham desafios comuns na implementação das suas transições energéticas, na vulnerabilidade às mudanças climáticas e na descarbonização das suas economias.

O espaço de cooperação da CPLP desempenha um papel fundamental para o intercâmbio de experiências, partilha de boas práticas e coordenação de esforços, que permitem acelerar as transições energéticas dos países, assegurando transições justas e inclusivas, que respeitem os direitos das comunidades locais, que promovam a resiliência dos ecossistemas e contribuam para fortalecer e modernizar as economias dos países.

Por estas razões, tanto os Seminários como a Conferência são oportunidades únicas para um maior aprofundamento das sinergias entre os países de língua portuguesa, com vista a fortalecer a nossa união e acção como um bloco coordenado.

É nossa expectativa que esta agenda de eventos seja o início de um percurso que perdure no tempo, consolidando um legado para uma actuação mais coordenada da CPLP, permitindo reforçar a presença e voz dos países-membros nas discussões e fóruns internacionais que se avizinham após o término da nossa presidência, nomeadamente o African Climate Summit em Setembro de 2025 e a COP30, em Novembro de 2025.

Convidamos assim, todos, a se juntarem a estes eventos para divulgar o que de melhor tem sido feito em cada um dos países de língua portuguesa, reforçar esta nossa comunidade de energia e clima, e planear o futuro rumo a uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva para a CPLP.



## ARTIGO

# FUNDO CLIMÁTICO E AMBIENTAL, UMA RESPOSTA SUSTENTÁVEL AOS DESAFIOS DE CABO VERDE

**ALEXANDRE NEVSKY RODRIGUES**  
SECRETÁRIO NACIONAL PARA A AÇÃO CLIMÁTICA DE CABO VERDE

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA E  
AMBIENTE

GOVERNO DE  
**CABO VERDE**  
A TRABALHAR PARA TODOS.

6

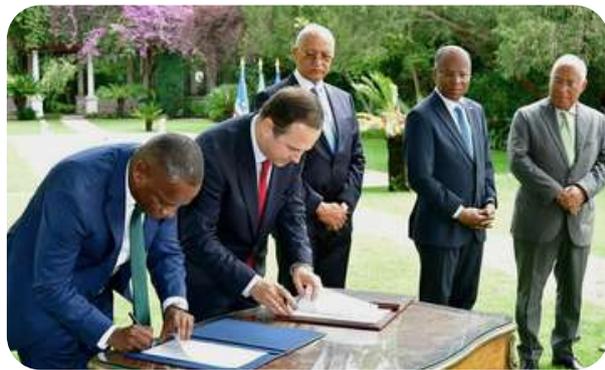
As mudanças climáticas representam uma oportunidade para realinhar o modelo de desenvolvimento, tornando-o resiliente ao clima e baseado em baixas emissões de gases com efeito de estufa, aproveitando ao máximo uma economia regenerativa. Com essa perspetiva, Cabo Verde desenhou e está a implementar um novo quadro de governança climática. Este quadro fornece diretrizes práticas para a institucionalização de mecanismos que garantam a implementação eficaz da ação climática, incluindo decisão política, a coordenação, a gestão do conhecimento, a diplomacia, a mobilização de recursos, a comunicação e a transparência.

Para concretizar este quadro de governança, foram criadas três instituições-chave: o Conselho Interministerial para Ação Climática, liderado pelo Primeiro-Ministro e responsável pela tomada de decisão; o Secretariado Nacional para Ação Climática, órgão de coordenação e suporte à implementação de políticas climáticas; e o Fundo Climático e Ambiental (FCA) (Lei n.º 44/X/2024, de 23 de dezembro, BO n.º 123.), encarregado de mobilizar e acelerar o financiamento de investimentos com impacto climático e ambiental. O FCA tem a natureza jurídica de um património autónomo sob a forma de uma sociedade anónima unipessoal.

A criação do FCA foi catalisada pela troca da dívida pública entre Portugal e Cabo Verde, num contexto de necessidade de diversificação das fontes de financiamento para projetos ambientais e climáticos. A crise económica provocada pela pandemia de COVID-19 resultou, em Cabo Verde, numa queda significativa nas receitas fiscais e no turismo, causando uma recessão de 14,8% em 2020. Como consequência, o rácio dívida/PIB ultrapassou 156%, evidenciando a vulnerabilidade económica do país. (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II))

A guerra entre a Rússia e a Ucrânia agravou ainda mais esse cenário, obrigando o governo a intensificar medidas de apoio às populações mais vulneráveis e a estimular a recuperação económica. Contudo, devido às limitações orçamentais, o governo encontrou dificuldades para lidar simultaneamente com os impactos dessas crises e os efeitos negativos das mudanças climáticas, incluindo quatro anos consecutivos de seca.

Nesse contexto, Cabo Verde propôs a Portugal um Memorando de Entendimento para converter a dívida bilateral em investimentos em projetos ambientais e climáticos, sob gestão do FCA. Além dos recursos oriundos dessa troca de dívida, o FCA pode ser financiado por transferências do Estado, doações, receitas fiscais, emissão de obrigações no mercado financeiro entre outras fontes.



Assinatura do FCA pelos Ministros das Finanças de Cabo Verde e Portugal à data, Olavo Correia e Fernando Medina, na presença dos então Chefes do Governo, Ulisses Correia e Silva e António Costa.

Os financiamentos do FCA são direcionados para áreas prioritárias como gestão sustentável dos recursos hídricos, a promoção de energias renováveis, a eficiência energética, a conservação da biodiversidade e ecossistemas, o reforço da resiliência costeira e dos meios de subsistência, sendo que os projetos podem ser propostos por instituições públicas, pela sociedade civil, pelo setor privado ou por instituições académicas ou de investigação.

Nesta perspetiva, o impacto potencial do FCA é transformador, representando um passo essencial na construção do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. É reconhecido que o seu sucesso dependerá da eficiente colaboração entre o governo, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros internacionais. Estamos expectantes que esta iniciativa possa, também, servir de inspiração para outros países que buscam a sustentabilidade como caminho para um mundo mais justo e resiliente.



**Alexandre Nevsky Rodrigues**, Secretário Nacional para a Ação Climática de Cabo Verde

EM DESTAQUE

# SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

## O contributo dos mecanismos de financiamento climático para a aceleração da transição energética nos Estados-Membros da CPLP

Esta série de Seminários visa dinamizar a cooperação e diálogo entre entidades públicas e privadas dos países da CPLP, com vista ao aproveitamento dos diferentes mecanismos de financiamento climático para apoiar e acelerar a implementação das suas estratégias de transição energética.

O objectivo é que estes Seminários sejam um espaço de partilha e intercâmbio, envolvendo entidades internacionais e diferentes grupos de trabalho que se têm vindo a dedicar a esta temática no espaço da lusofonia; e promovendo uma maior visibilidade e articulação de diferentes iniciativas de cooperação.

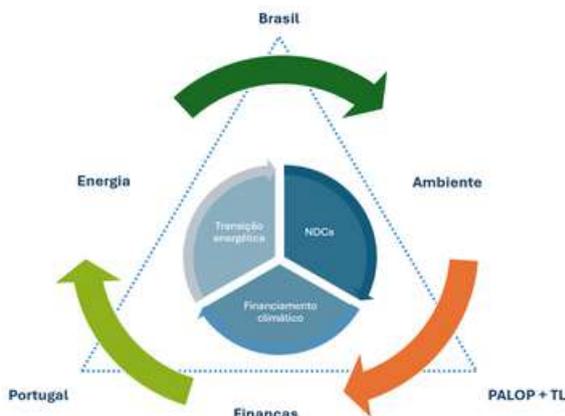
A série pretende dar destaque às estratégias nacionais para a transição energética dos países da CPLP, debater o papel do quadro regulatório para a implementação de projectos, e identificar as oportunidades criadas pelos diferentes mecanismos de financiamento climático, procurando apoiar os governos a alavancar financiamento para implementação dos projectos de transição energética. Neste sentido, são partilhadas as melhores práticas de cada país da CPLP nesta temática, e promovida a cooperação entre as áreas sectoriais envolvidas: Ambiente, Energia e Finanças.

Estes Seminários estão inseridos num calendário de eventos internacionais que irão ocorrer em diferentes países até 2025, com vista a debater os desafios e oportunidades do financiamento climático. Espera-se, desta forma, contribuir para as estratégias negociais de cada país, e da CPLP em conjunto, nas duas importantes COPs que se aproximam: a COP29, em 2024 (que será dedicada ao tema do financiamento climático); e a COP30, em 2025, no Brasil (a primeira organizada num país lusófono).

### ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta iniciativa tem por base a ligação triangular entre Portugal, Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, mas também a interligação que a temática desta iniciativa tem vindo a estimular do ponto de vista da governança e relação institucional entre as áreas do Ambiente, Energia e Finanças.

Tendo em conta o carácter transversal das alterações climáticas, é essencial integrar a actuação destas diferentes áreas e articular os interlocutores das diferentes entidades governamentais que as coordenam.



Estrutura conceptual da Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP.

### PRÓXIMO EVENTO

**4º Seminário**  
**26 MARÇO 2025**  
 ROTEIRO  
 DE COOPERAÇÃO 2030  
**São Tomé e Príncipe**

A **Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP** conta com o apoio institucional da CPLP, do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, do Ministério da Energia e Água de Angola, do Ministério das Minas e Energia do Brasil, do Ministério de Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde, do Ministério da Energia de Guiné-Bissau, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique e do Ministério do Ambiente e Energia de Portugal.



## ÁLBUM



## 2° SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

[veja o álbum aqui!](#)

## EM DESTAQUE

# 2º SEMINÁRIO: FUNDOS CLIMÁTICOS

## Governos, financiadores e especialistas em energia reunidos em Cabo Verde, num debate sobre transição energética e fundos climáticos

Com foco nos fundos climáticos, o **2º Seminário de Energia e Clima da CPLP** foi o ponto de encontro de membros de Governo, especialistas de energia e financiadores, num debate sobre o contributo dos mecanismos de financiamento climático para a aceleração da transição energética nos Estados-Membros da CPLP. O evento, que teve lugar no Palácio do Governo, na Praia (Cabo Verde), no passado mês de Outubro, foi marcado por uma elevada participação internacional.

Após uma reflexão inicial sobre os avanços da COP28 e o caminho até à COP30, foram levantadas questões relativamente ao **subfinanciamento para a transição energética** nos países em desenvolvimento e ao alto custo do capital. Seguiu-se um debate sobre a importância do **enquadramento regulatório, da capacitação e qualificação** de profissionais e da discussão de condições para a atracção e **mobilização de investimentos para projectos de transição energética**. Por fim, foram partilhadas as estratégias de Cabo Verde, Moçambique e Angola na mobilização de financiamento climático para acelerar a transição energética, ficando patente a vontade de **promover uma abordagem coordenada**.

O evento contou com a presença de representantes dos Ministérios dos vários Estados-Membros da CPLP nos diferentes painéis. De destacar: Leandro Albuquerque, do Ministério de Minas e Energia do Brasil; Paula Panguene, do Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique; Carlos Monteiro, do Ministério da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde; Damião Namuera, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique; Gabriel Maquengo, do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe; Marco Rebelo, do Fundo Ambiental de Portugal; Alexandre Rodrigues, do Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; Gilson Pina, do Ministério das Finanças de Cabo Verde; e Cecília Silva Bernardo, do Ministério do Ambiente de Angola.

Este segundo seminário contou com o apoio do programa GET.transform (financiado pela União Europeia e pela Cooperação Alemã) e da Agência de Regulação Multisectorial da Economia (ARME) de Cabo Verde; e foi patrocinado pela ANPG - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, ALSF - African Legal Support Facility, Miranda Alliance, Sonagás Energias Renováveis e APP - Águas de Ponta Preta.

### OBJECTIVOS ALCANÇADOS:



### SEMINÁRIO EM NÚMEROS

22

ORADORES

7

PAÍSES  
LUSÓFONOS

90

PARTICIPANTES  
PRESENCIAIS

400

PARTICIPANTES  
ONLINE

### CONTEÚDOS DISPONÍVEIS



GRAVAÇÃO  
DO SEMINÁRIO



FOTOGRAFIAS  
DO EVENTO



APRESENTAÇÕES  
DOS ORADORES



VÍDEO  
RESUMO

EM REVISTA

# SESSÃO DE ABERTURA

**“A cooperação internacional, tanto multilateral quanto bilateral, e as parcerias com investidores privados têm sido decisivas para a execução do plano energético”, refere Alexandre Monteiro**

Na Sessão de Abertura, Alexandre Monteiro, Ministro da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde, enumerou os avanços do país na temática das alterações climáticas, nomeadamente com a ratificação do acordo de Paris, a adesão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e a estratégia de transição energética de médio e longo prazo, reflectida no Plano Director para o Sector Eléctrico 2018 – 2040. O Ministro realçou que a cooperação internacional, tanto multilateral quanto bilateral, e as parcerias com investidores privados têm sido decisivas para a execução do plano energético. “Na comunidade lusófona, destacamos a parceria celebrada com Portugal sobre a reconversão da dívida em financiamento climático e ambiental. No âmbito dessa parceria, nesta semana foi lançado o concurso do Repowering do parque solar Palmarejo. O projecto visa aumentar a capacidade instalada actual da Central de 4,4 MW para 10 MW”.

Aurélio Martins, Embaixador de São Tomé e Príncipe em Cabo Verde, destacou o papel da banca nacional no financiamento da transição energética (através da emissão de certificados verdes); e sublinhou a importância das estratégias de mobilização de fundos climáticos (como o Fundo Verde para o Clima) e de recursos provenientes de acordos bilaterais de conversão de dívida (como o que foi estabelecido entre Portugal e Cabo Verde). Para além disso, debruçou-se sobre o peso que a COP 29 terá na definição de uma Nova Meta Quantificada Colectiva para o financiamento climático. “A expectativa de que a Meta possa canalizar mais apoio para os nossos países, traz esperança renovada para os esforços de mitigação e adaptação das mudanças climáticas”, referiu o Embaixador. Reiterando o compromisso da presidência saotomense numa transição energética inclusiva, justa e eficaz, Aurélio Martins assegurou ainda que a Presidência continuará a trabalhar para que os esforços conjuntos resultem em soluções concretas.

Mayra Pereira, Presidente da ALER, apelou à presença e voz dos países da CPLP nas discussões sobre clima e sustentabilidade. “É essencial que nos apresentemos de forma coesa e informada, destacando as nossas particularidades, desafios e conquistas, prontos para contribuir com propostas que reflectam as realidades das nossas comunidades”, realçou. “Estamos a criar um ambiente onde o desenvolvimento socioeconómico e a preservação ambiental caminham juntos, beneficiando as nossas comunidades e fortalecendo a resiliência diante das adversidades climáticas”, continuou. Para Mayra Pereira, “os desafios climáticos exigem não apenas a consciencialização, mas também o financiamento adequado para a implementação de soluções eficazes”. Nesse sentido, a Presidente da ALER defende que é na identificação de fontes de financiamento para o apoio de projectos inovadores em energias renováveis e sustentabilidade que a união dos países da CPLP é fundamental.

Também Artur Trindade, Secretário Executivo da RELOP, considera que “pelos experiências muito relevantes nos diferentes vectores energéticos”, o espaço da CPLP beneficia com a cooperação na área da energia e do clima. Na sua perspectiva, a transição energética necessita de iniciativa política e regulatória, do envolvimento da sociedade civil e de financiamento com objectivos estratégicos. “Não conseguimos mudar o paradigma energético que temos hoje, sem olhar para a questão do financiamento”, referiu Artur Trindade. “Se houver troca de conhecimentos, experiências e alguma coordenação, podemos ser mais fortes na negociação, no debate e no diálogo”, acrescentou.



**Alexandre Monteiro**, Ministro de Energia de Cabo Verde, na Sessão de Abertura do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.



**Aurélio Martins**, Embaixador de São Tomé e Príncipe em Cabo Verde



**Mayra Pereira**, Presidente da ALER



**Artur Trindade**, Secretário Executivo da RELOP

PATROCINADOR  
**OURO**



**ANPG**  
AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS  
E BIOCMBUSTÍVEIS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis em Angola.



**ANPG - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS**

Edifício Torres do Carmo - Torre 2, Rua Lopes de Lima, Distrito Urbano da Ingombota, Luanda - República de Angola  
Tel. (+244) 226 428 220 | E-mail: geral@anpg.co.ao | Website: www.anpg.co.ao



Agencia Nacional de Petroleo  
Gas e Biocombustives



anpg\_angola\_oficial



anpg

## EM REVISTA

# PERSPECTIVAS PARA A COP29 E PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DO G20 EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

12



**Mayra Pereira** (ALER), **Paula Panguene** (Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique) e **Leandro Albuquerque** (Ministério de Minas e Energia do Brasil), no painel "Perspectivas para a COP29 e Principais Conclusões dos Grupos de Trabalho do G20 em Transição Energética", do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

A manhã do dia do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP foi marcada pela partilha das perspectivas para a COP 29 e principais conclusões dos grupos de trabalho do G20 em transição energética, num painel que contou com a moderação da Presidente da ALER, Mayra Pereira.

Leandro Albuquerque, do Ministério de Minas e Energia do Brasil (MME), focou a sua apresentação na Presidência Brasileira do G20 e nas discussões do Grupo de Transições Energéticas do G20, presidido pelo MME. Na sua exposição destacou a criação da Coalizão Global para o Planeamento Energético, criada para apoiar a institucionalização de processos de planeamento energético, fortalecer as capacidades institucionais e promover a cooperação entre entidades de planeamento a nível global. Também abordou a preocupação do país com o tema do financiamento para as transições energéticas nos países em desenvolvimento – que segundo um relatório recente da Agência Internacional de Energia precisaria de aumentar em seis vezes até 2030 para poder dar resposta ao desafio da Transição Energética –, apontando que o planeamento energético é uma solução que tem dado bons resultados no Brasil. Referiu que o país encara a viabilização de transições energéticas justas e inclusivas como uma prioridade e, nesse sentido, destacou a aprovação dos "Princípios para Transições Energéticas Justas e Inclusivas" como um avanço nesse tema. Terminou a sua intervenção referindo a aprovação da Declaração Ministerial – a primeira declaração do tipo em quatro anos – como uma conquista da Presidência Brasileira do Grupo e convidou os países da CPLP a integrar a Coalizão Global para o Planeamento Energético.

Djane Melo, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), começou por parabenizar o MME pelas entregas no âmbito do Grupo de Transições Energéticas no G20. Apresentou o sistema eléctrico brasileiro, a ANEEL, as suas funções e o foco que a Agência tem dado à alocação justa dos impactos da Transição Energética no país. Djane apresentou também dois estudos publicados pela IRENA e pelo BNDES, respectivamente, que se centram no tema da Transição Energética e do seu financiamento nos países em desenvolvimento. Com ênfase no caso brasileiro, o segundo estudo destaca a forma como a ANEEL contribuiu para a atracção de investimentos para a Transição Energética através da promoção de leilões para

contractos de longo prazo; do fomento da geração distribuída; e o estímulo da Pesquisa e Desenvolvimento. Abordou os avanços conseguidos durante a COP28, no Dubai, como a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos, a meta de se triplicar a geração de energia renovável até 2030 e a primeira referência a uma meta de abandono gradual dos combustíveis fósseis. Como expectativas para a COP29, em Baku, apontou o avanço dos debates sobre uma Transição Energética Justa e Inclusiva; o acesso ao Financiamento de Baixo Custo; e o fundo de US\$ 100 mil milhões para o financiamento da acção climática dos países em desenvolvimento. Antecipando a COP30, que terá lugar no Brasil, no próximo ano, enfatizou a importância crítica da cimeira que marcará 10 anos do Acordo de Paris e que terá como um dos pontos mais importantes a revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países que fazem parte do acordo. Por fim, fez um breve resumo dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Transição Energética da RELOP (GTE), destacando o Relatório "Modelos Energéticos dos Países da RELOP", produzido pelo GTE e antecipou o Workshop sobre "Boas Práticas em Transição Energética" promovido pelo GTE e agendado para 6 de novembro de 2024, em Foz do Iguaçu.

Paula Panguene, do Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique, destacou a cooperação energética entre os países e as diferentes expectativas para a COP29 e 30. Lembrou que Moçambique apresentou em 2023, durante a COP28, a sua "Estratégia de Transição Energética 2023-2050". Apontou que, conjuntamente com outros países em desenvolvimento, Moçambique também possui grandes expectativas sobre o avanço do Fundo de Compensação de Perdas e Danos. Antecipou que para a COP29, a ambição do país passa por transmitir a imagem de um hub de energias renováveis. Paula também abordou os esforços do país na revisão dos seus NDCs para a COP30 e os trabalhos que têm sido feitos para o desenvolvimento dos Mercados de Carbono no país. Finalizou a sua intervenção, resumindo a Estratégia de Transição Energética de Moçambique, que é composta por 14 programas organizados em 4 pilares: 1) Sistema energético moderno baseado em renováveis; 2) Industrialização verde; 3) Acesso universal às energias modernas; e 4) Adopção de energias limpas para veículos.

EM REVISTA

# ENQUADRAMENTO FAVORÁVEL PARA O FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



**Damião Namuera** (Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique), **Carlos Monteiro** (Ministério da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde), **Artur Trindade** (RELOP), **Gabriel Maquengo** (Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe) e **Gilson Correia** (CERMI), no painel “Enquadramento Favorável para o Financiamento da Transição Energética”, do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

Com o 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP a focar-se, sobretudo, no financiamento climático, outro painel com grande destaque, e que fomentou partilhas e debates de interesse relevante, incidiu sobre o enquadramento favorável para o financiamento da transição energética. O painel foi moderado pelo Diretor Executivo da RELOP, Artur Trindade.

Carlos Monteiro, do Ministério da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde, focou a sua intervenção na importância da criação de um plano de atracção de investimentos, usando o caso cabo-verdiano como um exemplo de sucesso. Apontou que o país tem inspirado confiança nos investidores e demonstrado que é possível construir uma rota de transformação com base numa visão estratégica.

Gabriel Maquengo, representante do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, começou por referir que São Tomé está alinhado com os restantes países da CPLP no tema da Transição Energética. Destacou os três princípios orientadores da Transição Energética no país, sendo eles: a geração de electricidade através de fontes mais limpas; a adopção de transportes sustentáveis; e a promoção da cozinha limpa, sendo este último um campo em que o país tem conseguido resultados positivos. Terminou a intervenção abordando a importância do financiamento de projectos e a necessidade destes serem bancáveis desde a sua concepção.

Damião Namuera, pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, focou a sua intervenção nos esforços que Moçambique tem desenvolvido no campo da Transição Energética. Destacou os avanços na área das energias limpas e a instituição de um regulador independente, que permitiu e abertura do sector eléctrico aos investimentos privados. Referiu ainda a aprovação da “Estratégia de Transição Energética 2023-2050” e a sua importância para a melhoria da capacidade de geração de energia e industrialização do país.

Carlos Ramos, da Agência de Regulação Multisectorial da Economia de Cabo Verde, centrou-se no papel que os reguladores desempenham na atracção de investimentos no contexto da Transição Energética. Destacou que os reguladores deverão garantir o equilíbrio entre os interesses dos governos,

dos operadores e dos consumidores. Sobre o caso de Cabo Verde, apontou avanços regulamentares recentes como os Regulamentos Tarifário, de Relações Comerciais, de Qualidade de Serviço e de Acesso as Redes. Acrescentou que o país venceu o desafio da continuidade energética e que o foco agora é manter a qualidade e, para esse efeito, foi elaborado um roteiro para a implementação do Regulamento da Qualidade do Serviço com um horizonte temporal de 4 a 5 anos. Finalizou reiterando a importância da regulação para dar a garantia e a segurança aos investidores da recuperação de seus investimentos devido às condições regulatórias claras.

Gilson Correia, do Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI), destacou na sua intervenção a importância da capacitação no contexto da Transição Energética, uma vez que a disponibilidade de técnicos qualificados é uma grande vantagem no processo de transição, pois a sua disponibilidade é essencial para a concepção, instalação, manutenção e operação de sistemas energéticos. Destacou o sucesso dos Programas de Certificação de Inspectores e de Inspeção de Instalações, assim como os 500 profissionais já qualificados pelo CERMI. Terminou por apontar que, Cabo Verde tem sido bem-sucedido em dar resposta aos desafios da Transição Energética.





## ARTIGO

# OS DESAFIOS DO SECTOR PRIVADO NO ACESSO AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

SOFIA COELHO PEREIRA

ASSOCIADA COORDENADORA DA MIRANDA ALLIANCE

The logo for Miranda Alliance, featuring the word "Miranda" in a blue serif font and "ALLIANCE" in a smaller, blue sans-serif font to its right.

14

A transição energética efectiva só será alcançada com um esforço colectivo, envolvendo:

- A acção conjunta de todos os players da cadeia de valor da energia, incluindo produtores, distribuidores e consumidores, do sector público e privado;
- A ampliação e facilitação do acesso a financiamento;
- A valorização do investimento privado, em complemento aos projectos públicos.

Neste sentido, as iniciativas privadas devem complementar o investimento e as iniciativas públicas no âmbito de projectos de energia renovável – este é um vector incontornável da aceleração do processo de transição energética. O sector privado deve ser “convocado a participar” neste esforço colectivo, o que se fará não apenas através da adaptação do quadro regulatório de cada país, mas também abrindo oportunidade a novas iniciativas e criando incentivos a novos projectos.

No entanto, o acesso ao financiamento climático, ou seja, a fundos financeiros para financiar projectos que reforcem a transição energética, apresenta desafios devido à sua complexidade, o que pode desmotivar iniciativas privadas. Os investidores privados deverão, assim, explorar diferentes opções, incluindo fundos de investimento sustentáveis nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento, etc.

O primeiro passo deverá consistir na identificação de potenciais soluções de financiamento. De referir que no contexto da CPLP ainda existe uma disponibilidade limitada de linhas de crédito da banca comercial específicas para projectos de transição energética. Depois desta identificação, o passo seguinte deverá consistir na análise das directrizes específicas de cada financiador/financiamento para compreender os critérios de elegibilidade/de acesso. Acontece que, os requisitos – formais, técnicos e contabilísticos – para aceder aos financiamentos variam consoante a fonte de financiamento climático e são, muitas vezes, difíceis de cumprir em virtude da complexidade do processo ou do valor do investimento.

De facto, regra geral, alguns requisitos comuns no acesso ao financiamento climático incluem:

- Elaboração de proposta detalhada do projecto;
- Análise de viabilidade técnica, financeira e ambiental do projecto, com avaliação de riscos e planos de mitigação;
- Conformidade com normas e políticas climáticas locais e internacionais, definição da estrutura legal necessária e conformidade com o quadro regulatório e legal do país;
- Preparação de orçamento detalhado, com projecções financeiras claras, incluindo o debt-equity ratio e sustentabilidade a longo prazo;
- Capacidade institucional da entidade candidata ao financiamento;
- Monitorização e Avaliação;

- Demonstração e evidência de que as comunidades locais e outros stakeholders foram consultados e envolvidos no desenvolvimento do projecto;
- Demonstração da sustentabilidade do projecto, com estratégias para continuidade dos benefícios após o término do financiamento.

Contudo, por outro lado, os critérios acima referidos, entre outros, garantem que os projectos sejam eficazes e os recursos utilizados de maneira responsável e transparente.

A tendência e realidade internacional e, mais concretamente, a africana, é a transição de uma lógica de investimento exclusivamente público, para um modelo onde o sector privado assume um papel central como Produtores Independentes de Energia (IPPs). Desta forma, o investimento público fica mais direccionado para investimentos na rede nacional de transporte e expansão da rede de distribuição, enquanto o sector privado terá capacidade para liderar o desenvolvimento de projectos de energia renovável e aquisição de tecnologias sustentáveis.

Por conseguinte, o envolvimento do sector privado torna-se indispensável, sendo essencial a criação e manutenção de políticas públicas que favoreçam a implementação de soluções eficientes do ponto de vista energético no contexto de determinados projectos de investimento, o que implica que os investidores consigam aceder ao financiamento para a respectiva implementação.

Neste sentido, com esforços coordenados e condições adequadas, a transição energética pode ser acelerada, promovendo benefícios sustentáveis e de longo prazo.



**Alexandre Rodrigues** (Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde), **Marco Rebelo** (Fundo Ambiental de Portugal), **Isabel Canceia de Abreu** (ALER) e **Sofia Coelho Pereira** (Miranda Alliance), no painel “Oportunidades e Desafios dos Fundos Climáticos”, do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.

## EM REVISTA

# ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA ACELERAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O financiamento climático refere-se a fundos financeiros destinados a financiar as questões associadas às alterações climáticas. No entanto, o acesso a esses fundos enfrenta desafios significativos, especialmente para os países em desenvolvimento.

Uma das primeiras questões a considerar na mobilização de fundos climáticos é o nível de vulnerabilidade do país. Muitos financiamentos estão direcionados a nações que enfrentam eventos climáticos extremos, como furacões e ciclones. Cabo Verde, por exemplo, enfrenta desafios sérios como secas prolongadas e desertificação, mas não se enquadra nas categorias de maior vulnerabilidade, o que já resultou na recusa de alguns pedidos de financiamento. Outro desafio no acesso aos fundos climáticos resulta da falta de capacidade posterior de implementação e operacionalização dos recursos disponíveis, que condicionam a adjudicação de financiamento.

Assim, uma estratégia eficiente de mobilização de fundos climáticos deve considerar:

## ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA A MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

**1. Definição de prioridades:** Nem todos os países possuem o mesmo foco climático. Enquanto alguns priorizam infraestruturas resilientes, Cabo Verde, por exemplo, investe mais em agricultura resiliente, e Moçambique no planeamento energético.

**2. Mapeamento estratégico dos financiadores:** É essencial conhecer os financiadores e alinhar as suas prioridades com as necessidades do país.

**3. Alinhamento com o setor privado:** A execução das estratégias climáticas depende do setor privado. Parcerias público-privadas e a capacitação do setor são fundamentais para garantir eficiência na mobilização dos recursos.

**4. Envolvimento da sociedade civil:** A mobilização das comunidades é essencial para garantir a sustentabilidade das iniciativas climáticas.

## BOAS PRÁTICAS

**1. Estratégia Regional:** Em vez de cada país atuar de forma isolada, uma abordagem regional pode aumentar a eficiência na mobilização de recursos financeiros para o fortalecimento da resiliência climática. Como referiu Gilson Pina, do Ministério das Finanças de Cabo Verde, “uma estratégia regional significa que temos de começar agora a identificar em bloco as nossas dificuldades, os nossos desafios, e pensar se, em conjunto, não conseguiríamos chegar a respostas e soluções mais eficazes.”

**2. Criação de um Fundo Climático e Ambiental:** Os desafios climáticos não dizem respeito apenas ao ambiente, mas também ao desenvolvimento socioeconómico. Por isso, a criação de um fundo climático e ambiental é essencial para integrar os diferentes atores, incluindo o setor privado, as entidades de gestão locais e as comunidades. O objetivo é que esses fundos climáticos funcionem como um funil de investimento, canalizando recursos para soluções sustentáveis que promovam a resiliência e a adaptação climática.

## 3. Criação de Instrumentos Inovadores, mas de Baixo Risco:

Embora seja comum pensar na criação de instrumentos financeiros como *blue bonds*, *green bonds* e *social bonds*, a grande questão é como adaptar esses mecanismos à realidade das economias africanas e garantir o acesso a estes mecanismos. A implementação de instrumentos inovadores deve considerar a estrutura económica dos países, assegurando que sejam viáveis e acessíveis, ao mesmo tempo que minimizam riscos financeiros e garantem retorno sustentável para os investidores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**1. Focar nas particularidades de cada país:** Os países da CPLP enfrentam desafios diferenciados na mobilização de recursos. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, por serem Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), apresentam necessidades distintas das de Moçambique, e Angola, que enfrentam desafios próprios devido ao seu território continental. O Brasil, Portugal e Timor-Leste também apresentam realidades distintas que influenciam o acesso e utilização de fundos climáticos. Cada país deverá, assim, adequar a sua estratégia às suas necessidades e realidades.

**2. Pensar numa estratégia a longo prazo de mobilização de recursos:** A sustentabilidade da captação de fundos climáticos depende de um planeamento estratégico de longo prazo. Isso significa que não basta obter recursos para projetos pontuais; é necessário garantir a continuidade e a implementação eficaz de ações estruturais que possam gerar impacto a longo prazo e promotor de desenvolvimento sustentável integrado.

**3. Implementar uma estratégia integrada:** Não se mostra vantajoso permutar repentinamente as fontes de produção de energia fóssil para energias limpas, se esta alteração não for acompanhada simultaneamente pela adaptação dos padrões e hábitos de consumo. A transição para um modelo sustentável exige uma abordagem faseada e ponderada da descarbonização.

Em conclusão, o acesso aos fundos climáticos exige uma abordagem estratégica estruturada, que considere as particularidades de cada país e priorize soluções integradas e sustentáveis. A colaboração regional e o envolvimento do setor privado são fatores-chave para uma mobilização eficaz de recursos e um futuro mais resiliente para os países da CPLP.



Mayra Pereira (ALER), Gilson Pina (Ministério das Finanças de Cabo Verde), Paula Panguene (Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique), e Cecília Silva Bernardo (Direção Nacional de Acção Climática e Desenvolvimento Sustentável de Angola - online) no painel “Estratégias de Mobilização de Financiamento Climático para Acelerar a Transição Energética”, do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.



## ÁLBUM



# 3º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

[veja o álbum aqui!](#)

## EM DESTAQUE

# 3º SEMINÁRIO: MERCADOS DE CARBONO

## Governos, banca e sector privado em debate sobre o papel dos mercados de carbono na transição energética

Centrando-se, sobretudo, nos mercados de carbono, o **3º Seminário de Energia e Clima da CPLP** foi o ponto de encontro de membros de Governo, líderes de empresas de energia e financiadores, num debate sobre o papel dos mercados de carbono na aceleração da transição energética nos Estados-Membros da CPLP. O evento, que teve lugar no Auditório Pedro Calmon, Instituto de Economia da UFRJ, no Rio de Janeiro (Brasil), em Novembro de 2024, foi marcado por uma elevada participação internacional.

Após uma reflexão inicial sobre as **perspectivas para a COP29 e o caminho até à COP30**, foi debatida a **regulamentação de mercados de carbono** nos países da CPLP e os mecanismos de financiamento de **créditos de carbono**, como elementos chave para potenciar a transição energética nestes países. O último painel, sobre **créditos de carbono no sector da energia**, contou com as partilhas das estratégias e casos de sucesso do Brasil, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e de Portugal.

O evento contou com a presença de representantes dos vários Estados-Membros da CPLP nos diferentes painéis. De destacar:

Carlos Pires, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil; Gabriel Maquengo, Director de Energia de São Tomé e Príncipe; Glauce Botelho, Superintendente Adjunta de Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética do Brasil; José Bernardes, da Secretaria-Geral do Ambiente do Ministério de Ambiente e Energia de Portugal; Paula Panguene, do Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique; Rui Ferreira, do Ministério do Ambiente de Angola; Ricardo Almeida, Procurador do Município do Rio de Janeiro; Alexandre Siciliano, do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do Brasil; Marcel Balassiano, Subsecretário de Desenvolvimento Económico e Inovação do Município do Rio de Janeiro; Hélder Rodrigues, da ADENE, entre outros.

Este terceiro seminário contou com o apoio da Agência Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ), do GET.transform, financiado pela União Europeia e pela Cooperação Alemã, da ABSOLAR, da ANEEL, da apexBrasil, e do GESEL; e foi patrocinado pela ANPG - Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, pela ALSF - The African Legal Support Facility, pela ADENE - Agência para a Energia, a Vert Ecotech, e a APP - Águas de Ponta Preta.

### OBJECTIVOS ALCANÇADOS:



### SEMINÁRIO EM NÚMEROS

**23**

ORADORES

**7**

PAÍSES LUSÓFONOS

**75**

PARTICIPANTES PRESENCIAIS

**640**

PARTICIPANTES ONLINE

### CONTEÚDOS DISPONÍVEIS



[GRAVAÇÃO DO SEMINÁRIO](#)



[FOTOGRAFIAS DO EVENTO](#)



[APRESENTAÇÕES DOS ORADORES](#)

EM REVISTA

# SESSÃO DE ABERTURA

**“A CPLP pode representar a criação de uma plataforma comum para a negociação de créditos de carbono e o fortalecimento da cooperação científica nessa direcção”, refere o Director de Energia de São Tomé e Príncipe**

Na sessão de abertura do 3º Seminário de Energia e Clima da CPLP, no Rio de Janeiro, Carlos Alexandre Pires, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, iniciou a sua intervenção defendendo que é necessário endereçar outros problemas relacionados com a transição energética, nomeadamente a desigualdade e a justiça climática. É importante “transformar a transição numa oportunidade de crescimento, de transformação ecológica e transformação energética para que possamos auferir algum benefício nesse processo”, enfatizou.

Mayra Pereira, Presidente da ALER, acautelou que “nos países africanos, a questão dos mercados de carbono está ainda numa fase inicial”. Segundo a Presidente da ALER, a grande maioria tem políticas e leis do meio ambiente, mas a legislação em torno dos mercados de carbono ainda está a ser desenhada. Embora a diversidade ecológica, social e cultural possa juntar Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, no processo dos mercados de carbono identificam-se alguns desafios. Para Mayra Pereira, é necessário olhar “pela lente do afro-futurismo” e reimaginar o continente africano para que este possa aceder, de uma forma mais facilitada, àqueles mercados. Para isso, diz ser fundamental a união na geração de conhecimento e na troca de experiências.

Gabriel Makengo, Director de Energia da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, salientou que o mercado de carbono “não é apenas uma ferramenta económica, mas uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável, alinhar os esforços contra as mudanças climáticas e garantir um futuro próspero e mais equitativo”. Segundo o Director de Energia, trata-se de uma resposta estratégica e colaborativa, que se revela um modelo eficaz para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa, ao permitir que os países e empresas compensem as suas emissões, investindo em projectos de mitigação, como as tecnologias limpas. De acordo com Gabriel Makengo, a CPLP “pode desempenhar um papel fundamental na coordenação de políticas, intercâmbio de boas práticas e apoio técnico” e “a criação de uma plataforma comum para a negociação de créditos de carbono e o fortalecimento da cooperação científica podem ser passos importantes nessa direcção”.

Sandoval Feitosa, Presidente da RELOP, defendeu que “Portugal e Brasil desempenham um papel importante no processo de integração [dos países de língua portuguesa nos mercados]”. Sandoval Feitosa reforçou que a localização estratégica de Portugal na Europa viabiliza o acesso a mecanismos de financiamento que impulsionam o desenvolvimento de energia renovável nos países lusófonos. Para além disso, assume que o Brasil é uma referência mundial, pelo seu potencial de produção de energia renovável, sobretudo, no que respeita à geração de hidro-electricidade e à exploração de energia solar-fotovoltaica e eólica. “Desenvolvemos mecanismos legislativos de incentivo à produção de energia renovável, que aliado a um mercado consumidor bastante pujante, (...) faz com que tenhamos um ecossistema perfeito”, referiu. Segundo o Presidente da RELOP, o potencial do país, as políticas públicas e o seu mercado consumidor permitem ampliar a geração de energia renovável. Nesse sentido, reforçou a importância da transmissão e partilha de conhecimento - “De nada adianta o conhecimento se ele estiver insulado. (...) Acredito muito na união dos países.”, rematou.



**Carlos Pires**, Secretária Nacional de Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil



**Mayra Pereira**, Presidente da ALER



**Gabriel Maquengo**, Director de Energia da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, do Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe



**Sandoval Feitosa**, Presidente da RELOP

## EM REVISTA

# OPORTUNIDADES E DESAFIOS DOS MERCADOS DE CARBONO PARA A CPLP

**Os mercados de carbono, quando bem regulados, podem representar uma importante fonte de financiamento para projetos de mitigação, ao mesmo tempo que geram benefícios económicos e sociais para as comunidades**

## PERSPECTIVAS PARA A COP29, COP30 E CONCLUSÕES G20

A COP29, designada a COP do financiamento, e a COP30, em 2025, a primeira lusófona e no ano em que os países atualizam a sua Contribuição Nacional Determinada (NDC) vão ser pontos-chave na definição de uma estratégia transversal para a ação climática, que priorize uma transição justa; financiamento e meios de implementação; capacitação e investigação e desenvolvimento; e a monitorização e transparência da ação climática global. Há necessidade de interseccionalidade entre ambiente, energia e finanças, assim como de intercâmbio, diálogo e cooperação.

Para os países da CPLP, essa será uma oportunidade de partilha de experiências e conhecimento, principalmente na implementação de metas de redução de emissões e na adaptação às alterações climáticas. A cooperação entre nações com contextos socioeconómicos e ambientais semelhantes, como Moçambique, Angola e Brasil, pode resultar em soluções inovadoras e adaptadas às necessidades locais.

Nas conclusões do G20, foram destacadas a desigualdade no acesso à energia e lançou-se uma meta ambiciosa: garantir o acesso universal a meios de cozinha limpa até 2030. Este é um ponto crucial, uma vez que milhões de pessoas, especialmente mulheres e crianças, continuam a depender de lenha para cozinhar, um processo que contribui para as emissões de carbono e prejudica a saúde. O G20 também sublinhou a importância da coesão global no planeamento energético e anunciou a criação de uma cimeira de planeamento energético para 2025, sob a presidência da África do Sul.

O aspecto social das transições energéticas foi destacado como uma prioridade, com foco na necessidade de políticas que protejam as populações vulneráveis enquanto promovem a mudança para fontes de energia renováveis e limpas. Este cenário é particularmente relevante para os países da CPLP, muitos dos quais enfrentam desafios relacionados ao acesso à energia e à necessidade de modernizar seus setores energéticos, ao mesmo tempo que procuram garantir que as transições não aprofundam as desigualdades existentes.



**Glaucete Botelho**, Empresa de Pesquisa Energética do Brasil, **Pedro Clemente**, Gestor de Planeamento e Parcerias da ALER, e **Carlos Alexandre Príncipe Pires**, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, no painel sobre as "Perspectivas para as COP 29 e COP 30".

## REGULAMENTAÇÃO DE MERCADOS DE CARBONO NA CPLP

A regulamentação dos mercados de carbono é um tema fundamental para os países da CPLP. A adoção de regulamentações adequadas ao mercado de carbono é vista como uma oportunidade para gerar recursos financeiros e atrair investimentos para atividades de mitigação, ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento sustentável. É essencial envolver o setor privado e as comunidades locais no

processo de regulamentação, garantindo que as políticas são atraentes para os investidores e, ao mesmo tempo, promovem a participação das comunidades na geração de créditos de carbono.

Os mercados de carbono internacionais, incluindo os previstos no Artigo 6º do Acordo de Paris, oferecem oportunidades para os países da CPLP cooperarem na redução das emissões e no aumento do financiamento de projetos ambientais. Em adição, são oportunidades dos mercados de carbono a geração de empregos diretos e indiretos, a mobilização de recursos financeiros, a inovação tecnológica e a atração de investimento.

Contudo, a regulamentação eficaz dos mercados de carbono enfrenta desafios significativos, como a complexidade dos processos de certificação, os custos elevados e a necessidade de garantir uma partilha justa dos benefícios com as comunidades locais. Além disso, o longo tempo de espera para os primeiros retornos financeiros, que pode variar entre 5 a 7 anos, representa um obstáculo para muitas regiões em desenvolvimento.

A criação de um quadro regulatório robusto, que inclua aspectos como a certificação das áreas, a tramitação dos créditos, a definição de metas de redução de emissões, a monitorização das emissões, e a transparência nos processos de transação de créditos, é crucial para o sucesso desses mercados.

## FINANCIAMENTO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Um dos maiores desafios relacionados ao mercado de carbono é a certificação e a credibilidade dos créditos. Para que o mercado seja eficaz, é fundamental garantir que os créditos emitidos correspondem a reduções reais e verificáveis nas emissões de gases de efeito estufa. A transparência e a confiabilidade do processo de certificação são essenciais para atrair investimentos e garantir que os recursos financeiros são bem aplicados.

Além disso, é necessário um esforço contínuo para capacitar as instituições locais e fortalecer as capacidades técnicas e institucionais, de modo a garantir que os países da CPLP podem participar ativamente do mercado global de carbono. A troca de experiências com países como Portugal, que possui um mercado de carbono bem estabelecido e que segue a aplicação das diretivas advindas da União Europeia, pode ser uma mais-valia para a CPLP, permitindo a adaptação de boas práticas e o aprimoramento das políticas locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interligação entre a regulamentação e os mecanismos de financiamento dos mercados de carbono e a transição energética será crucial para a ação climática. Os mercados de carbono, quando bem regulados, podem representar uma importante fonte de financiamento para projetos de mitigação, ao mesmo tempo que geram benefícios económicos e sociais para as comunidades locais. A integração de políticas será essencial para garantir que a transição energética é justa e que todos os países, especialmente os mais vulneráveis às alterações climáticas, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, alcançam os objetivos climáticos locais e globais.

## ARTIGO

# VERT ECOTECH: INOVAÇÃO NO MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO DE ALTA QUALIDADE

POR  
VERT ECOTECH



20

A crise climática é um desafio global urgente, exigindo soluções inovadoras para mitigar seus impactos. No atual cenário de aumento das emissões de gases de efeito estufa, mecanismos de geração e compensação de créditos de carbono se tornaram essenciais para empresas e governos que buscam atingir suas metas de neutralidade de carbono. A Vert Ecotech se destaca neste cenário ao oferecer uma solução integrada que combina alta integridade ambiental, benefícios sociais para as comunidades locais e o uso de tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial (IA) e o monitoramento da vegetação via satélite da NASA.

## 1. COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES E CARBONO SOCIAL

A Vert Ecotech não se limita à simples compensação de emissões de carbono. A empresa adota o conceito de carbono social, que alia a preservação ambiental à melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades locais. Ao promover projetos que geram créditos de carbono, a Vert cria um impacto positivo tanto para o ecossistema quanto para a sociedade. A integração de soluções que beneficiam as populações locais, como programas de educação ambiental e capacitação profissional, reforça a visão de desenvolvimento sustentável e inclusivo da empresa.

## 2. MONITORIZAÇÃO REMOTA EM TEMPO REAL

A inovação da Vert Ecotech vai além da compensação de emissões. A empresa implementou uma plataforma de monitoramento em tempo real, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial (IA), para o monitoramento remoto em tempo real do desmatamento e da previsão de incêndios florestais com até 10 dias de antecedência. Esse monitoramento avançado permite a detecção precoce de atividades ilegais de desmatamento e a previsão de incêndios, proporcionando tempo suficiente para ações preventivas.

A IA, em conjunto com os dados de satélites, analisa grandes volumes de informações, como imagens de áreas de preservação e comportamentos térmicos, para identificar padrões que possam indicar risco de incêndios ou mudanças no ecossistema. Dessa forma, a Vert Ecotech não apenas assegura a eficácia de seus projetos de preservação, mas também contribui para a proteção ativa dos ecossistemas contra ameaças externas.

## 3. PROJETOS EM ANDAMENTO

Atualmente, a Vert Ecotech possui quatro projetos em andamento que já geraram 2.534.755 créditos de carbono, com um valor estimado de R\$ 427 milhões ao longo de 30 anos. Esses projetos são implementados em áreas de reserva legal, locais com compromisso legal de preservação ambiental, garantindo um nível adicional de segurança na manutenção dessas áreas.

Além disso, os projetos da Vert Ecotech utilizam a tecnologia de blockchain para garantir a rastreabilidade e a transparência nas transações de créditos de carbono, o que assegura a conformidade com os mais altos padrões de monitoramento e verificação. O uso de blockchain impede fraudes como a revenda ou duplicação de créditos, uma preocupação crescente em mercados de carbono menos regulamentados.

## 4. IMPACTO SOCIAL: BENEFÍCIOS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

O impacto social é um pilar fundamental dos projetos da Vert. Parte dos recursos gerados pelos créditos de carbono é direcionada para as comunidades locais, principalmente nas áreas de implementação dos projetos. Isso inclui investimentos em programas de educação ambiental, capacitação profissional e apoio ao desenvolvimento de empreendimentos locais, o que fortalece a economia regional e melhora a qualidade de vida das populações.

Por exemplo, a parceria da Vert com o Instituto Homem Pantaneiro no Pantanal do Mato Grosso do Sul tem promovido o desenvolvimento sustentável na região. Através da capacitação de moradores locais e do apoio a negócios que contribuem para a preservação do ecossistema, a Vert fortalece a economia local e envolve as comunidades na proteção ambiental. Esse modelo cria um círculo virtuoso, onde as comunidades se tornam defensoras ativas dos projetos, já que se beneficiam diretamente dos resultados.

## 5. O FUTURO DO MERCADO DE CRÉDITOS DE CARBONO

O mercado de créditos de carbono está em expansão, mas enfrenta desafios como a falta de padronização e a necessidade de maior transparência. A Vert Ecotech está ajudando a moldar esse mercado ao integrar tecnologias de ponta, como IA e blockchain, e ao adotar um modelo de impacto social que vai além da compensação de emissões. A empresa se posiciona como líder no setor de créditos de carbono, oferecendo soluções que não só visam a preservação dos ecossistemas, mas também buscam gerar um impacto social positivo.

A combinação de tecnologias avançadas, como o monitoramento remoto e a IA, junto com a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável que beneficia as comunidades locais, fortalece a posição da Vert como pioneira e referência em um mercado de carbono mais transparente, justo e eficaz.



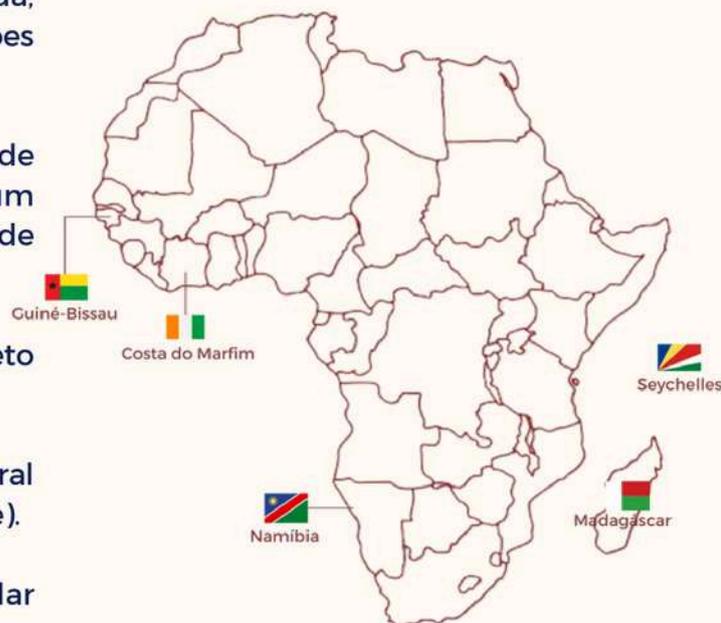
José Pacheco (Mowa Carbon Neutral), Glauce Botelho (Superintendente Adjunta de Meio Ambiente da Empresa de Pesquisa Energética do Brasil), Michel Sednaoui (ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), Alexandre Chiachiri (Vertecotech), no painel sobre Créditos de Carbono no Sector da Energia do Brasil, no 3º Seminário de Energia e Clima da CPLP. Moderação de Camila Pimentel (Preservar Ambiental).

## ASSEGURAR CAPACIDADE JURÍDICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ÁFRICA

- A ALSF presta aconselhamento jurídico e assistência técnica aos países africanos na estruturação e negociação de transações comerciais complexas, litígios com credores e outras transações soberanas relacionadas.
- Desde a sua criação em 2008, a ALSF tornou-se um parceiro estratégico e de confiança dos governos africanos, apoiando iniciativas transformadoras em setores críticos, incluindo projetos nos domínios da energia e do clima.
- A ALSF garante soluções fiáveis, sustentáveis e inclusivas para promover investimentos equitativos e duradouros nos setores da energia e do clima. Ao dotar os governos de apoio jurídico e técnico especializado, a ALSF continua a impulsionar o progresso, abrindo caminho para um futuro mais próspero e mais sustentável para o continente.

### EXEMPLOS DE HISTÓRIAS DE SUCESSO :

- **Guiné-Bissau** - Negociação do perdão da dívida privada, reduzindo as obrigações de dívida do país de 50 milhões de dólares para 5 milhões de dólares
- **Namíbia** - Negociação bem-sucedida de um Acordo de Viabilidade e Implementação que estabelece um quadro para o desenvolvimento de projetos de hidrogénio verde.
- **Costa do Marfim** - Conclusão comercial do projeto Bondoukou (central fotovoltaica de 50MW).
- **Madagáscar** - Conclusão comercial de uma central hidroelétrica de 120 MW no rio Ivondro (projeto Volobe).
- **Seychelles** - Conclusão comercial de um projeto solar fotovoltaico flutuante marítimo de 4 MW.



A ALSF permanece empenhada em enfrentar os desafios energéticos e climáticos de África através de soluções inovadoras e com verdadeiro impacto.

### Entre em Contato

## ARTIGO

# Oportunidades no Mercado Voluntário de Carbono em Portugal

POR  
AGÊNCIA PARA A ENERGIA



O aumento das preocupações relacionadas com as alterações climáticas e a necessidade de acelerar a descarbonização, combinadas com o reconhecimento de que a neutralidade climática não pode ser alcançada sem a remoção das emissões que não se conseguem evitar, tem conduzido a um interesse crescente e ao desenvolvimento em todo o mundo dos Mercados Voluntários de Carbono.

Neste contexto, os Mercados Voluntários de Carbono têm surgido como uma ferramenta crucial para a mitigação das alterações climáticas, permitindo gerar investimentos para a concretização de projetos de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) ou de sequestro de carbono. Assim, e segundo os dados do Ecosystem Marketplace, os Mercados Voluntários de Carbono mundiais possuem já uma dimensão considerável, tendo atingido, em 2023, um valor acumulado de 10,8 mil milhões USD, correspondente a um volume de 2,4 mil milhões tCO<sub>2</sub>eq.



Figura 1. Volumes (MtCO<sub>2</sub>eq) e valores (Milhões de USD) das transações nos Mercados Voluntários de Carbono mundiais em 2023 (Fonte: 2024 State of the Voluntary Carbon Market (SOVCM) report, publicado por Ecosystem Marketplace)

Os créditos de carbono relacionados com a floresta e uso do solo e as energias renováveis, que continuam a ser dos projetos mais atrativos, tiveram nos últimos anos um decréscimo no volume de créditos emitidos. Apesar disso, os créditos relacionados com a floresta e uso do solo continuam a ser os emitidos em maior volume e com maior valor, representando, em 2023, um total de 36,2 MtCO<sub>2</sub>eq e 9,72 USD por tCO<sub>2</sub>eq, respetivamente. A redução do volume de créditos emitidos, bem como a diminuição do seu valor deve-se, provavelmente, à sequência de críticas mediáticas que questionam a precisão da redução de emissões estimadas, especialmente relacionada com os cálculos de base dos projetos REDD+.

A nível europeu, os mercados voluntários de carbono existentes apresentam-se com um funcionamento considerado mais credível e rigoroso, permitindo que o valor dos créditos gerados atinja valores de grandeza muito superiores aos praticados em termos médios. O Woodland Carbon Code (UK) reportou, em 2023, um preço médio de 29,17USD por tCO<sub>2</sub>eq em consonância com o reportado pelo Label Bas-Carbone (FR) que regista um preço médio de 34,48 € por tCO<sub>2</sub>eq.

A nível nacional, Portugal tem vindo a reforçar as suas políticas para alcançar a neutralidade climática até 2045, em linha com as políticas da UE nestes domínios. A concretização dos objetivos vertidos na Lei de Bases do Clima exige não só mudanças importantes na forma como os recursos estão a ser utilizados e a rápida descarbonização do sistema de produção de eletricidade e da mobilidade urbana, mas também o aumento do potencial de sequestro de carbono do país.

A versão revista do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 destaca o potencial contributo e relevância deste mercado a nível nacional para atingirmos os objetivos propostos na Lei de Bases do Clima. O mercado voluntário de carbono, que se encontra a dar os primeiros passos, é uma das ferramentas que ajudará neste percurso. O Decreto-Lei n.º 4/2024, publicado a 5 de janeiro, onde se prevê que os níveis de sequestro atuais, estimados em cerca de 8 MtCO<sub>2</sub>eq, podem aumentar significativamente para valores próximos das 11 a 13 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>eq, o diploma dá relevância a projetos de base natural para o sequestro de carbono que proporcionem simultaneamente importantes benefícios para a proteção da biodiversidade e do capital natural.

O MVC permite a compra e venda de créditos de carbono, gerando incentivos económicos para promover a concretização de projetos, em território nacional, que diminuam os GEE na atmosfera. Esta diminuição pode ser alcançada quer com projetos de redução de emissões quer por projetos de sequestro de carbono (natural, geológico e tecnológico). Em linha com o constante no RNC2050, onde se prevê que os níveis de sequestro atuais, estimados em cerca de 8 MtCO<sub>2</sub>eq, podem aumentar significativamente para valores próximos das 11 a 13 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>eq, o diploma dá relevância a projetos de base natural para o sequestro de carbono que proporcionem simultaneamente importantes benefícios para a proteção da biodiversidade e do capital natural.

As metodologias de carbono a ser desenvolvidas consubstanciam e quantificam os cenários de referência e de projeto, garantindo os princípios fundamentais da credibilidade e da adicionalidade. A existência de um processo robusto de monitorização, reporte e verificação com a intervenção de verificadores qualificados e independentes é também fundamental para garantir a integridade e eficácia do mercado. Por seu lado, a aplicação de tecnologias digitais, como *blockchain*, para garantir a transparência e a rastreabilidade das transações de créditos de carbono, também promete aumentar a confiança e transparência no nosso mercado.

A crescente consciencialização sobre a sustentabilidade e a necessidade de uma transição energética justa têm contribuído para que muitas empresas e indivíduos adotem práticas mais sustentáveis e pretendam investir em compensação das emissões de carbono representando um potencial significativo de crescimento para o MVC em Portugal. No entanto, a falta de conhecimento sobre o funcionamento do mercado voluntário pode vir a limitar a sua expansão, sendo necessárias campanhas educativas direcionadas a empresas e consumidores para aumentar a participação. Apesar dos avanços e recuos dos mercados voluntários de carbono, a procura por créditos de carbono deverá aumentar significativamente, impulsionada por compromissos corporativos e por pressão dos consumidores. É com vista à estabilização e credibilidade dos mercados de carbono que surge o Decreto-Lei n.º 4/2024, que regula o MVC português.

Embora os países da CPLP mostrem contextos diferentes e níveis de preparação distintos para a implementação de mercados de carbono, a cooperação para a capacitação mútua ou a partilha de boas práticas será essencial para construir mercados mais credíveis e com impacto. A repercussão destes estende-se para além dos benefícios climáticos diretos, podendo chegar também a áreas como as energias renováveis, a tecnologia industrial, a gestão de resíduos ou outros.

Assim, prevê-se que o MVC em Portugal tenha um crescimento significativo nos próximos anos, impulsionado por uma combinação de consciencialização ambiental, inovações tecnológicas, mudanças nas políticas e comportamentos dos consumidores. A evolução deste mercado será uma importante peça no puzzle para a mitigação das alterações climáticas, auxiliando na transformação da economia portuguesa, tornando-a numa referência em práticas de sustentabilidade.

## ARTIGO

# O MERCADO DE CARBONO E A FONTE SOLAR FOTOVOLTAICA

RODRIGO SAUAIA, CEO DA ABSOLAR,  
RONALDO KOLOSZUK, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABSOLAR



Desde o Protocolo de Kyoto, em 1997, a redução das emissões de gases com efeito estufa passou a ter um novo significado econômico para a humanidade. Com o Acordo de Paris, em 2015, esse entendimento ganhou ainda mais força em âmbito global, processo que continua se fortalecendo por meio das Conferências das Partes (COPs), especialmente via Artigo 6 do Acordo de Paris. Na prática, trata-se de um mecanismo pelo qual países, empresas ou pessoas podem adquirir permissões ou certificados para mitigar suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera, como, por exemplo, o dióxido de carbono.

A partir da aquisição de permissões ou certificados proporcionados por projetos que promovem a redução de emissões e/ou a captura de GEEs, instituições, governos, companhias privadas e cidadãos podem compensar suas emissões de GEEs em uma determinada atividade econômica ou produtiva. Do lado da contraparte da operação, projetos ou atividades produtivas que comprovadamente promovem a redução de emissões de GEEs podem comercializar esses créditos no mercado, ofertando-os aos poluidores para o abatimento de suas emissões. A ideia é reconhecer o real custo das emissões de GEEs para a sociedade e fazer com que os agentes emissores, responsáveis por estes impactos, contribuam diretamente para mitigar os efeitos adversos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

No Brasil, depois de longos debates no Congresso Nacional envolvendo a sociedade brasileira e vários setores econômicos do País, foi aprovada e sancionada lei específica sobre o tema. A Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), ou seja, estabelece o mercado de créditos de carbono no Brasil. A intenção do novo marco legal é incentivar a redução das emissões de poluentes e GEEs, contribuindo para amenizar as mudanças climáticas e o aquecimento global.

A lei divide o mercado de crédito de carbono brasileiro em dois segmentos: o regulado e o voluntário. O mercado regulado envolve iniciativas do poder público, com maior controle e responsabilidades obrigatórias aos setores econômicos envolvidos. Nele, as organizações sujeitas à regulação deverão fornecer plano de monitoramento e relatórios das atividades ao órgão gestor. O setor do agronegócio, no entanto, não foi incluído neste segmento regulado do mercado.

Já o mercado voluntário se refere à iniciativa privada, mais flexível e independente do envolvimento governamental. Ele é caracterizado por transações de créditos de carbono ou de ativos integrantes do SBCE, voluntariamente estabelecidos entre as partes, para fins de compensação voluntária de emissões de GEEs, e que não geram ajustes correspondentes na contabilidade nacional de emissões.

No caso específico da fonte solar fotovoltaica, que desempenha papel cada vez mais relevante na transição energética global e brasileira, especialmente em um contexto de preocupação crescente com as mudanças climáticas e a busca por soluções sustentáveis, a relação com o mercado de carbono é um exemplo claro de como as fontes renováveis podem contribuir para reduzir as emissões de GEEs e fomentar um modelo econômico mais limpo e sustentável.

No Brasil, país com ampla disponibilidade de recursos renováveis competitivos, a tecnologia solar fotovoltaica, ao

substituir ou evitar o uso de fontes de geração de energia elétrica baseadas em combustíveis fósseis, reduz efetivamente a emissão de grandes quantidades de GEEs, bem como de poluentes atmosféricos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Desse modo, no âmbito do mercado de carbono, grandes centrais solares ou mesmo o agrupamento de milhares de sistemas fotovoltaicos de pequeno e médio portes, instalados em residências, pequenos negócios e propriedades rurais, poderão contribuir com a redução das emissões de GEEs. Com o apoio de uma regulamentação favorável, será possível gerar créditos de carbono, que poderão ser comercializados no mercado nacional e/ou internacional. Isso não apenas ajuda os países e as empresas a cumprirem suas metas climáticas, mas também cria incentivos financeiros para acelerar a expansão das fontes renováveis.

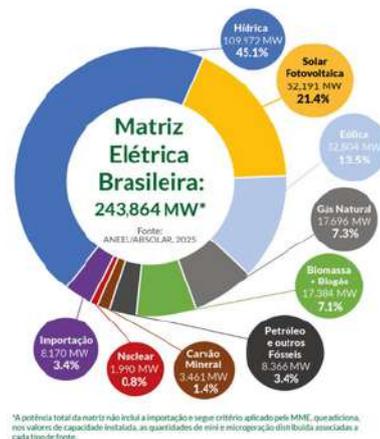


Figura 2. Matriz Elétrica Brasileira. (Fonte: ANEEL, ABSOLAR 2025)

Segundo mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), entidade nacional que representa o setor solar fotovoltaico no Brasil, a fonte solar ultrapassou a marca de 52 gigawatts (GW) de potência instalada operacional no país. Desde 2012, o setor trouxe mais de R\$ 238,3 bilhões em novos investimentos, gerou mais de 1,5 milhão de empregos verdes e contribuiu com mais de R\$ 73,8 bilhões em arrecadação aos cofres públicos. São relevantes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil e ainda há muito espaço para crescimento. Assim, considerando as características específicas da matriz elétrica brasileira, a fonte solar já evitou a emissão de cerca de 63 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na geração de eletricidade, contribuindo para a transição energética do país.

Com boas políticas públicas e investimentos feitos em sua grande maioria pelos próprios consumidores, o avanço da energia solar no Brasil representa um caso de sucesso internacional mundialmente reconhecido. Atualmente, a fonte solar equivale a 21,4% da capacidade instalada da matriz elétrica brasileira, sendo a segunda maior da matriz.

Há, portanto, uma poderosa sinergia entre a tecnologia fotovoltaica e o mercado de carbono no mundo e no Brasil. A energia solar pode impulsionar os esforços na luta contra as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, sedimentar um caminho viável e necessário para uma economia de baixo carbono e um futuro mais sustentável e competitivo para os setores produtivos.

## BILHETES DE IDENTIDADE

# CONHEÇA OS PATROCINADORES DOS SEMINÁRIOS


**OURO**
**QUEM?**

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) é um órgão da administração indirecta do Estado da República de Angola.

**QUANDO?**

Foi legalmente constituída a 6 de Fevereiro de 2019, através da aprovação do seu Estatuto Orgânico, Decreto Presidencial n.º 49/19, de 6 de Fevereiro.

**O QUÊ?**

A ANPG tem por objecto a regulação da actividade de exploração do petróleo, gás e biocombustíveis. Está envolvida em projectos de exploração e produção de petróleo e gás, bem como iniciativas de desenvolvimento de biocombustíveis que visam promover a sustentabilidade energética em Angola e a cooperação com os países membros da CPLP.

**COMO?**

É a Concessionária Nacional que tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação, no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis.

**ONDE?**

O local de actuação é a República de Angola.

**PORQUÊ?**

A motivação da ANPG em relação ao mercado da CPLP é impulsionada pela ambição de fortalecer a cooperação energética entre os países lusófonos, aumentar a produção e eficiência no sector de petróleo e gás, promover o desenvolvimento sustentável através de biocombustíveis, bem como, contribuir para a segurança energética e o crescimento económico dos países da CPLP.


**OURO**
**QUEM?**

A Facilidade Africana de Apoio Jurídico (ALSF) é uma organização internacional com sede em Abidjan, na Costa do Marfim, sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento, dotada de personalidade jurídica própria e distinta. A ALSF tem 61 membros, dos quais 53 países (48 africanos e 5 não regionais) e 8 organizações internacionais.

**QUANDO?**

Estabelecida por meio de um tratado em 2008 e operacional desde 2010, a ALSF aprovou mais de 450 projetos até à data, num total acumulado de 157,7 milhões de dólares, em várias regiões do continente africano. A ALSF mobiliza fundos de vários doadores (organizações multilaterais e países não regionais), colaborando com parceiros de desenvolvimento para apoiar as suas operações.

**O QUÊ?**

O objetivo da ALSF é reforçar a capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável de África, através de serviços de consultoria e da capacitação dos países africanos em 5 setores-chave – gestão da dívida soberana, recursos naturais e extrativos, energia e PPP na área das infraestruturas. Desenvolve igualmente produtos de conhecimento para reforçar a capacidade jurídica dos países.

**COMO?**

Os serviços de consultoria da ALSF têm como objetivo promover transações justas, equitativas, financiáveis, equilibradas e sustentáveis que proporcionem valor aos países africanos, protegendo simultaneamente os seus direitos soberanos. A abordagem da ALSF no desenvolvimento de capacidades é projetada de modo a reforçar os quadros jurídicos, proporcionar conhecimentos especializados e garantir resultados mensuráveis, impulsionando o desenvolvimento sustentável em todo o continente africano.

**ONDE?**

A ALSF tem atualmente 124 projetos em execução em África, nomeadamente em Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A nossa carteira nos PALOP centra-se no setor da energia, abarcando fontes tradicionais e renováveis, bem como projetos nos setores das infraestruturas/PPP. Qualquer governo africano de língua portuguesa pode solicitar a assistência da ALSF através da apresentação de uma carta de pedido.

**PORQUÊ?**

A ALSF procura cumprir a sua missão através do reforço da capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável em África. Prevemos que uma maior sensibilização para os serviços prestados pela ALSF e para as suas intervenções de elevado impacto levará a mais pedidos de assistência por parte dos países africanos de língua portuguesa, promovendo ainda mais a nossa visão de uma maior capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável de África na região.



Agência para a Energia

## PRATA

### QUEM?

A ADENE é a Agência para a Energia, que representa o agente mobilizador para a transição energética em Portugal.

### O QUÊ?

A ADENE tem por finalidade promover e realizar atividades de interesse público na área da energia e seus interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições nestes domínios, e ainda promover e realizar atividades de interesse público nas áreas do uso eficiente da água e da eficiência energética na mobilidade.

### COMO?

A ADENE alcança os seus objectivos através de:

- Colaboração com os organismos da Administração Pública na execução de atividades essenciais à concretização de políticas e medidas para o setor da energia, incluindo a eficiência energética na mobilidade, e suas interfaces com outros setores, bem como à concretização de políticas e medidas para o setor do ambiente relativas ao uso eficiente da água;
- Promoção de projetos na área da eficiência energética e eficiência hídrica;
- Promoção e participação em ações de divulgação e difusão de novas tecnologias energéticas e tecnologias mais limpas;
- Fomento da transferência de tecnologias na área energética;
- Dinamização da concretização de planos e ações tendentes ao aproveitamento das capacidades de intervenção existentes a nível nacional e que podem convergir na melhoria da gestão de energia, na promoção do crescimento verde e no maior aproveitamento de recursos endógenos, designadamente a nível local e regional;
- Prestação de apoio na identificação e viabilização de medidas e projetos com fins energéticos, tendo em conta também a preservação do ambiente;
- Desenvolvimento de ações inerentes à sensibilização e informação das empresas e do público em geral para as questões da energia e para a dimensão ambiental a elas associada;
- Promoção de ações de formação especializada na aplicação de instrumentos e tecnologias de gestão de energia;
- Participação em redes ou associações nacionais ou internacionais de entidades com vocação similar.

### ONDE?

A ADENE tem sede em Lisboa, Portugal.

### PORQUÊ?

A ADENE tem como missão o desenvolvimento de atividades de interesse público na área da energia e seus interfaces com outras políticas setoriais, em articulação com as demais entidades com atribuições neste domínio, incluindo a eficiência energética na mobilidade e eficiência hídrica.

A ADENE é uma instituição agregadora que mobiliza e dinamiza a aplicação da política pública, parceira de excelência do sector empresarial e associativo, próxima do cidadão, contribuindo para reforçar o posicionamento de Portugal na linha da frente da descarbonização e da transição energética.



## PRATA

### QUEM?

Vert Ecotech, uma empresa que atua no mercado de crédito de carbono originária do Brasil, especializada em soluções de compensação de carbono e gestão ambiental de alta integridade.

### QUANDO?

Iniciou suas operações em 2021 com seu primeiro projeto no Pantanal Sul Matogrossense.

### O QUÊ?

A Vert Ecotech se dedica no desenvolvimento de projetos e na comercialização de créditos de carbono de alta qualidade, com projetos inovadores que utilizam tecnologias de blockchain para garantir transparência e rastreabilidade, o monitoramento da vegetação via satélites da NASA, e a tecnologia de Inteligência Artificial para o monitoramento remoto em tempo real do desmatamento e a predição de incêndio com antecedência de 10 dias. Além disso, implementa créditos sociais que retornam benefícios diretos às comunidades locais.

### COMO?

A empresa adota uma abordagem baseada em inovação tecnológica, utilizando blockchain para garantir a rastreabilidade e a integridade dos créditos de carbono, além de dados de satélites da NASA para monitorar a vegetação e validar os projetos de forma contínua e precisa. Os benefícios dos projetos de crédito de carbono também são direcionados para as comunidades vizinhas, promovendo desenvolvimento social e econômico.

### ONDE?

A Vert Ecotech desenvolve projetos na América Latina, com foco no Brasil, mas com expansão para outras nações da CPLP, com especial atenção a áreas de reflorestamento, conservação de biodiversidade e apoio às comunidades locais.

### PORQUÊ?

A Vert Ecotech busca contribuir de forma eficaz para a mitigação das mudanças climáticas, promovendo soluções sustentáveis e de alta qualidade e integridade para empresas que buscam compensar suas emissões de carbono e para os proprietários rurais que desejam tornar suas áreas de reserva legal em ativos financeiros. Ao mesmo tempo, a empresa assegura que as comunidades vizinhas aos projetos de crédito de carbono recebem benefícios diretos, gerando um impacto positivo tanto ambiental quanto social.



Miranda | MIRANDA ALLIANCE

**PRATA****QUEM?**

A MIRANDA & ASSOCIADOS (MIRANDA) é uma sociedade de advogados que presta serviços em todos os ramos do direito, mas com grande enfoque na área da energia. Em Portugal, a MIRANDA tem escritórios em Lisboa e no Porto. A MIRANDA é o membro fundador da MIRANDA ALLIANCE, uma rede internacional única de escritórios de advogados de vários países, profundamente integrados nos respectivos mercados locais. Esta aliança abrange atualmente 15 jurisdições, nas quais se incluem quase todos os países pertencentes à CPLP.

**QUANDO?**

Fundada há mais de 35 anos, a MIRANDA construiu uma sólida reputação como uma das sociedades de advogados portuguesas mais proeminentes e com maior vocação internacional.

**O QUÊ?**

Enquanto escritório de advogados *full-service*, a MIRANDA tem uma vasta experiência numa ampla variedade de áreas, sendo uma referência, nomeadamente nas áreas de prática de Direito da Energia, Direito Público e Regulatório e Projectos. A MIRANDA tem vindo a construir um enorme prestígio em todo o tipo de matérias no âmbito do Sector Energético em vários países da CPLP, incluindo questões contratuais, de regulação, contratação, financiamento, licenciamento e fiscalidade.

**COMO?**

*International Standards, Local Knowledge.*

A MIRANDA encontra-se organizada por Áreas de Prática Jurídica coordenadas por um ou mais sócios com ampla experiência. Complementarmente, estas Áreas de Prática estão articuladas com os advogados dos restantes países abrangidos pela MIRANDA ALLIANCE, trabalhando de uma forma verdadeiramente integrada e articulada, garantindo um acompanhamento permanente dos clientes e seus projectos.

**ONDE?**

Com presença física em 4 continentes, a MIRANDA ALLIANCE tem escritórios em Angola (Luanda, Benguela e Cabinda), Camarões, Cabo Verde (Santiago, Sal, São Vicente e Boa Vista), Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão (Libreville e Port-Gentil), Guiné-Bissau, Macau (China), Moçambique, Portugal (Lisboa e Porto), República do Congo, Senegal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; dispondo ainda de um escritório de ligação nos EUA (Houston, Texas).

**PORQUÊ?**

Com quase 40 anos, a MIRANDA ALLIANCE é hoje mais do que uma marca. É um modelo de prestação de serviços jurídicos que permite exponenciar o conhecimento de cada advogado e acompanhar de perto os seus Clientes em mercados emergentes e desafiantes como é o da CPLP. O que move a MIRANDA é a determinação em facultar serviços jurídicos de excelência e contribuir directamente para o sucesso dos seus Clientes e, desta forma, indirectamente, para o desenvolvimento dos países onde atua. Apesar de acreditar que a opinião dos seus Clientes é a única que verdadeiramente importa, a MIRANDA orgulha-se de ser continuamente evidenciada pelos principais diretórios internacionais pelo seu trabalho desenvolvido em países da CPLP, destacando-se a atribuição da distinção "Lusophone Africa Law Firm of the Year", atribuído pela Chambers and Partners, nas cinco e únicas edições desta categoria, em 2018, 2021, 2022, 2023 e 2024.



**SonaGás**  
Energias Renováveis

**PRATA****QUEM?**

A Sonangol Gás e Energias Renováveis (SonaGás ER) é uma subsidiária da Sonangol E.P, que desenvolve e gere os negócios de Gás Natural, LPG e Energias Renováveis em Angola.

**QUANDO?**

Setembro de 2004

**O QUÊ?**

A SonaGás ER tem como objecto social produzir, processar, armazenar, transformar e comercializar gás natural e seus derivados.

**PORQUÊ?**

Acreditamos que o futuro é renovável se juntos construirmos uma Angola mais verde e sustentável.



**APP**  
ÁGUAS DE PONTA PRETA

**BRONZE****QUEM?**

ÁGUAS DE PONTA PRETA LDA, com sede em Cabo Verde.

**QUANDO?**

A fundação da APP aconteceu a 15 de maio de 2000.

**O QUÊ?**

A APP inclui diversos serviços, incluindo:

- Geral - prestação de serviços básicos de energia, água e saneamento e concessão de mobilidade elétrica
- Ponta Preta - energia elétrica e ciclo integral da água
- Porto Novo - dessalinização de água do mar e sistema elétrico 100% renovável de Monte Trigo
- Ilha do Sal - saneamento das águas residuais, central solar fotovoltaica de 5 MW
- Ilha de São Vicente - central solar fotovoltaica de 5 MW
- Ilha de Santo Antão - concessão da gestão do ciclo integral a água
- Ilha de Santiago - central solar fotovoltaica de 10 MW

**COMO?**

Gestão de infraestruturas hidro-energéticas e prestação dos serviços básicos de energia, água e saneamento com continuidade e qualidade, com cultura industrial, transferência de tecnologia e filosofia empresarial para promover o desenvolvimento socioeconómico do país.

**ONDE?**

A APP tem atividade em todas as ilhas habitadas do arquipélago de Cabo Verde.

**PORQUÊ?**

Possibilidades de crescimento, segurança jurídica e conjuntura favorável.

## EM PERSPECTIVA

# GET.TRANSFORM: IMPULSIONANDO A TRANSIÇÃO (SIN)ENERGÉTICA EM MOÇAMBIQUE E NA CPLP



**ENRICO DAL FARRA**  
COORDENADOR  
GET.TRANSFORM MOZAMBIQUE

27

O GET.transform é um programa de assistência técnica que apoia parceiros e instituições nacionais e regionais na transformação de seus sectores energéticos. Como centro de excelência em conhecimento especializado, o programa actua em áreas essenciais da transição energética, como planeamento, regulamentação, mercados e integração de renováveis. Utilizando as melhores práticas globais e adaptando ferramentas às necessidades locais, o GET.transform capacita países e regiões a criar condições favoráveis para a implementação de energia limpa em larga escala. Parte da plataforma do Programa Global de Transformação Energética (GET.pro), o programa é cofinanciado pela União Europeia, Alemanha, Noruega, Países Baixos, Suécia e Áustria.

A parceria entre a ALER e o GET.transform busca apoiar a transição energética em Moçambique, promovendo oportunidades para o sector público e privado. A colaboração concentra-se na interface entre transição energética e clima, com atenção especial às soluções descentralizadas dentro e fora da rede e oportunidades através de um ambiente regulatório e planificação claro e equilibrado. Esta colaboração foi anunciada durante o 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP, destacando o compromisso conjunto com o avanço sustentável do sector energético e promovendo sinergias no espaço da CPLP.



Enrico dal Farra no painel "O papel do quadro regulatório para promover o acesso a financiamento", do 1º Seminário de Energia e Clima da CPLP, que teve lugar no dia 2 de Julho de 2024, em Lisboa (Portugal).

## TRABALHO NA CPLP: FOCO EM MOÇAMBIQUE

O GET.transform tem sido um parceiro essencial no fortalecimento das instituições públicas do governo de Moçambique para impulsionar a transição energética do país. Com assistência técnica direccionada, o programa apoia parceiros-chave como o MIREME, ARENE, EDM e FUNAE em iniciativas como a Estratégia de Transição Energética (ETE) de 2023, lançada na COP28; a regulação de acesso à energia fora da rede de 2021; e a revisão da Nova Lei de Electricidade (2022). O programa agora foca no apoio à planificação e implementação da estratégia e no desenvolvimento do seu roteiro, com ênfase nos pilares de electrificação dentro e fora da rede.

A colaboração com parceiros chave continua fortalecendo capacidades e processos do MIREME e das instituições

tuteladas em: planeamento energético de longo prazo, planeamento do sistema eléctrico e da electrificação rural, que sejam sustentáveis e resilientes, também face às condições climáticas futuras.

Em paralelo, o Programa apoia a ARENE no estabelecimento de processos eficientes e transparentes de concurso de projectos de energias renováveis, incluindo a digitalização através de e-tendering e formação, fechando o ciclo de "planning-procurement-monitoring".

Esses esforços visam criar políticas e visões convergentes e cóngruas, baseadas em dados confiáveis, quadros regulatórios claros e processos de planeamento e coordenação eficientes, reduzindo o risco para investimentos tornando o sector energético mais atractivo.

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A CPLP E MOÇAMBIQUE

No contexto mais amplo da CPLP, onde os desafios no sector energético variam amplamente, Moçambique tem a oportunidade de se destacar ao aproveitar avanços em regulação, procurement, financiamento climático, novas tecnologias e soluções descentralizadas. Combinando essas oportunidades com a implementação da ambiciosa ETE, o país pode posicionar-se como referência entre os membros da CPLP e PALOP.

O GET.transform desempenha um papel central nesse processo, apoiando Moçambique no desenvolvimento e implementação de políticas estratégicas, como a ETE, e iniciativas como o apoio e a formação de quadros e técnicos em planeamento e procurement eficazes e eficientes. Alinhando essas oportunidades à implementação da transição energética, Moçambique pode posicionar-se como líder entre os países da CPLP e PALOP, fortalecendo sua participação na COP30 no Brasil, com o apoio do GET.transform, da ALER e de outros parceiros.



Evento de Lançamento do White Paper e Roteiro sobre Geração Distribuída, organizado pelo GET.invest, em colaboração com o GET.invest e em parceria com a ALER e AMER, a 29 de Fevereiro de 2024, em Maputo (Moçambique).

SAVE THE DATE!

# SÉRIE DE SEMINÁRIOS DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP ESTÁ DE REGRESSO!



## 4º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030



## 26 MARÇO 2025 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

LINHAS DE COOPERAÇÃO  
ESTRATÉGICAS DA CPLP

TEMAS PRIORITÁRIOS  
PARA A CPLP EM MATÉRIA  
DE ENERGIA E CLIMA

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO  
EM BLOCO PARA A COP30

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA  
INCLUSIVA E JUSTA

### EVENTOS PARALELOS:

25 DE MARÇO

**Evento à porta fechada** com representantes dos Governos da CPLP

27 DE MARÇO

**Reunião Técnica de Energia da CPLP** e **Reuniões bilaterais B2B e B2G**

28 DE MARÇO

**Visitas técnicas** a projectos de energia em São Tomé e Príncipe

**INSCRIÇÕES AQUI!**

## CONHEÇA A OPÇÃO DE PATROCÍNIO

### PRATA

- ✓ ORADOR NO SEMINÁRIO
- ✓ LOGÓTIPO NOS MATERIAIS PROMOCIONAIS DO SEMINÁRIO
- ✓ BI NA REVISTA ENERGIA E CLIMA DA CPLP
- ✓ ARTIGO NA REVISTA ENERGIA E CLIMA DA CPLP
- ✓ 3 CONVITES PARA O SEMINÁRIO

**Ajude-nos a promover a transição energética nos países da CPLP!**

Mais informações:  
[www.aler-renovaveis.org](http://www.aler-renovaveis.org)



**COP29**

Baku  
Azerbaijan

UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

# SECÇÃO ESPECIAL



## ARTIGO

# PARTICIPAÇÃO NA COP29 FOI UM MARCO SIGNIFICATIVO NA ACTIVIDADE DA ALER

30

PEDRO CLEMENTE

GESTOR DE PLANEAMENTO E PARCERIAS DA ASSOCIAÇÃO LUSÓFONA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (ALER)

A ALER participou na COP 29, em Baku, Azerbaijão, entre os dias 14 e 18 de Novembro, como parte da Delegação de Portugal. Um primeiro agradecimento ao Ministério do Ambiente e Energia de Portugal pelo privilégio de fazer parte da delegação e de integrar o programa do Pavilhão de Portugal, em particular com a organização do evento de lançamento da II Conferência de Energia da CPLP, em conjunto com o Governo de São Tomé e Príncipe.

Nesta primeira participação da ALER na COP, o nosso foco foi acompanhar e participar nas actividades desenvolvidas pelos países de língua portuguesa, com particular destaque para os pavilhões de Angola, Brasil e Portugal, mas também estimular o intercâmbio de experiências e networking entre as delegações de todos dos países de língua portuguesa presentes na COP.

No dia 14, a ALER foi convidada a participar numa sessão de mesa-redonda, à porta fechada, no pavilhão da SE4All, sobre o tema **"Implementação da Estratégia de Transição Energética de Moçambique – Potencial Papel das Plataformas Nacionais?"**. Esta sessão foi organizada pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, com o apoio da Agência Belga de Desenvolvimento (Enabel), SE4All e o Instituto Tony Blair (TBI), tendo-se centrado no debate sobre o papel que as plataformas nacionais poderão ter para melhorar a eficácia de execução da Estratégia de Transição Energética de Moçambique, num contexto onde existem vários parceiros de desenvolvimento que prestam apoio ao Governo, e no qual importa envolver de forma crescente o sector privado.

No dia 15 de Novembro, o Governo de São Tomé e Príncipe, em conjunto com a ALER, realizou o **evento de lançamento da II Conferência de Energia da CPLP** que terá lugar nos dias 27 e 28 de Maio, em Cascais, sobre o lema "Impulsionando uma Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva para a CPLP". Este evento teve lugar no Pavilhão de Portugal, e lançou oficialmente esta Conferência, que será oportunidade única para um maior aprofundamento das sinergias entre os países de língua portuguesa, com vista a fortalecer a nossa união e abordagem conjunta como um bloco coordenado, que reforce a nossa presença e voz nas discussões sobre energia, clima e sustentabilidade.

No dia 16, a ALER foi oradora na sessão organizada pela EY **"Keeping 1.5°C Alive: The role of strategic partnerships for climate finance"**, realizada no Pavilhão Portugal da COP29, moderada por Norma Franco, Partner de Climate Change and Sustainability da EY, e que contou com a presença de Alexandre Rodrigues, Assessor Especial do Ministro da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde; Duarte Cordeiro, Sócio da Shiftify - Estratégias de Sustentabilidade; Francisco Ferreira, Professor Universitário FCT/UNL e Presidente da ZERO, e Pedro Clemente da ALER. Neste painel, reforçou-se a importância das parcerias estratégicas no financiamento climático e destacou-se a necessidade de uma colaboração eficaz entre os sectores

público e privado para acelerar a transição para uma sociedade de baixo carbono.

No dia 18, a ALER foi gentilmente convidada a participar na reunião do **Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris**, a quem agradecemos. Este evento decorreu na sala de delegação de Angola, onde se debateu a importância da transparência, monitorização e *accountability*, promovendo o intercâmbio de experiências entre os países de língua portuguesa, com vista a fortalecer as suas capacidades para cumprir as obrigações de comunicação e transparência incluídas no âmbito da UNFCCC e do Acordo de Paris.

Durante estes dias, a ALER teve, ainda, a oportunidade de reunir com diferentes representantes das delegações dos países de língua portuguesa presentes na COP, com entidades internacionais, como o Green Climate Fund, a Africa-Europe Foundation, United Nations Development Programme e a Enabel, mas também com diversos representantes do sector privado com actividade e interesse no sector de energia na CPLP.

Esta participação na COP29 foi um marco significativo na actividade da ALER, afirmando a sua **dimensão regional e foco nas questões-chave em Energia e Clima na comunidade dos países de língua portuguesa**. Com os olhos já no futuro, a COP30 no Brasil, será a primeira organizada por um país da CPLP e, como tal, a ALER estará empenhada em contribuir, mais uma vez, para uma participação forte e coordenada dos países de língua portuguesa nesse grande evento em Novembro de 2025.



**Luis Silva** (Director de Cooperação e Relações Internacionais da ADENE), **Dércio Monteiro** (Director do Instituto Nacional de Petróleo de Moçambique que detem a Vice-Presidência da RELOP), **Nilda Borges da Mata** (Ministra do Ambiente de São Tomé e Príncipe), **Pedro Clemente** (Gestor de Planeamento e Parcerias da ALER), **Gabriel Maquengo** (Director de Energia de São Tomé e Príncipe) no evento de lançamento da II Conferência de Energia da CPLP, na COP29, em Baku (Azerbaijão).

## EM REVISTA

# Ministra do Ambiente de São Tomé e Príncipe destaca relevância da cooperação da CPLP na procura de soluções sustentáveis e inclusivas para o sector energético



**NILDA BORGES DA MATA**  
MINISTRA DO AMBIENTE DA REPÚBLICA  
DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

31

No dia 15 de Novembro de 2024, foi no Pavilhão de Portugal na COP29, a Conferência do Clima da UNFCCC em Baku (Azerbaijão), que a Ministra do Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, também em nome do Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais, José de Nascimento Carvalho do Rio, anunciou o lançamento oficial da **II Conferência de Energia da CPLP**, agendada para os dias 27 e 28 de Maio de 2025, no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais (Portugal).

Promovida pelo Governo de São Tomé e Príncipe, que detém a Presidência em exercício da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), juntamente com a Comissão Temática de Energia dos Observadores Consultivos da CPLP, cuja coordenação está a cargo da ALER e da RELOP (Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa), a Ministra do Ambiente de São Tomé e Príncipe referiu que a II Conferência de Energia da CPLP acontecerá à margem da **III Reunião de Ministros de Energia da CPLP**, agendada para o dia 26 de Maio de 2025.

Sob o lema **"Impulsionando uma Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva para a CPLP"**, a II Conferência de Energia da CPLP reunirá mais de 500 participantes, entre governantes, financiadores, empresários e especialistas de energia para debater a transição energética e reforçar a cooperação neste sector no espaço da CPLP.

Este mote destaca-se como crucial no contexto da colaboração lusófona para o desenvolvimento sustentável e transição energética de cada um dos países da CPLP, atendendo à Declaração da CPLP relativamente ao tema da Presidência São-Tomense, "Juventude e Sustentabilidade na CPLP". Nesta declaração foi exortada a necessidade de **incentivar o aprofundamento da cooperação nos sectores da juventude, da energia e da sustentabilidade** no âmbito do nosso espaço comunitário, visando apoiar o acesso às energias sustentáveis, renováveis e modernas para todos, bem como promover o combate às alterações climáticas e a adaptação e mitigação dos seus impactos.

Assim, Nilda Borges de Mata afirmou que a II Conferência de Energia da CPLP **"marcará um passo crucial na nossa cooperação, fortalecendo laços entre os nossos países na procura por soluções sustentáveis e inclusivas para o sector energético"**.

*"No contexto global de transição energética, esta Conferência é uma oportunidade para debatermos inovações, partilharmos experiências e definirmos caminhos para um futuro mais limpo e acessível para todos"*

A Ministra sublinhou, também, a **"oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável, alinhar os esforços contra as alterações climáticas e garantir um futuro próspero e mais equitativo para as nossas nações"**.

O espaço da CPLP, apesar da sua diversidade geográfica, cultural e económica, partilha desafios comuns, entre eles, a vulnerabilidade às alterações climáticas com implicações na promoção do crescimento económico sustentável, aumentando a necessidade de reunir e fortalecer cada vez mais uma ação concertada dos países de língua portuguesa.

Para ultrapassar os desafios de forma conjunta, **"o espaço da CPLP desempenhará um papel fundamental na coordenação de políticas, intercâmbio de boas práticas e apoio técnico, e através da criação e solidificação de plataformas comuns em diferentes eixos"**. Em particular, uma ação da CPLP a uma vez seria de especial interesse em matérias de regulação, acesso a mecanismos de financiamento climático, e descarbonização, nomeadamente através da negociação de créditos de carbono e do fortalecimento da cooperação científica.

*"O espaço da CPLP desempenhará um papel fundamental (...) através da criação de plataformas comuns"*

Durante o seu discurso no lançamento oficial da II Conferência de Energia da CPLP, a Ministra prosseguiu afirmando que este evento será uma oportunidade de discussão sobre os compromissos com o futuro do planeta e com o bem-estar das populações, reforçando que a colaboração entre países da CPLP em matérias de ação climática e transição energética justa será essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, no fortalecimento das economias e no posicionamento de liderança dos esforços globais contra as alterações climáticas.

Nilda Borges de Mata destacou, por fim, o marco de progresso e colaboração dos Estados-Membros da CPLP que este evento representa, motivando todos os países a contribuírem activamente para o que serão dois dias de palco para a divulgação dos últimos desenvolvimentos e projectos âncora das transições energéticas em curso em cada país membro, com vista à valorização dos recursos endógenos e diversificação da matriz energética, para assegurar um acesso universal, fiável e acessível a todos, ao mesmo tempo que apoia o desenvolvimento sócio-económico.





## ÁLBUM



**COP29**  
Baku  
Azerbaijan  
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

## EM ENTREVISTA

# COP29: Presidente da AMER destaca a necessidade de propostas robustas, cooperação eficaz e capacidade de transformar compromissos em resultados concretos



**RICARDO PEREIRA**  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO  
MOÇAMBICANA DAS ENERGIAS  
RENOVÁVEIS

33

Em entrevista ao “Semanário Económico” para analisar o balanço da COP 29, Ricardo Pereira, Presidente da Associação Moçambicana das Energias Renováveis (AMER), abordou as decisões e os avanços desta Cimeira da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), com foco nos impactos que as decisões vão representar no combate às alterações climáticas em Moçambique e África.

Ricardo Pereira sublinhou os avanços significativos no financiamento climático e no compromisso global com a transição energética, incluindo a operacionalização do fundo de perdas e danos, que promete 600 milhões de dólares até 2035, para que os países mais afetados pelas alterações climáticas possam aceder a recursos e financiamento que permitam fomentar a adaptação e mitigação. Segundo ele, “este mecanismo é essencial para países como Moçambique, que sofrem desproporcionalmente com os impactos climáticos”.

Contudo, revela-se desajustado das expectativas e necessidades reais. A contribuição africana para as emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) é 3%, o que significa que o resto do mundo contribui com 97%. No entanto, mais de 80% dos danos provocados pelas alterações climáticas são registados em África, impactos estes que influenciam significativamente o PIB destes países, colocam em causa o crescimento das economias, limitam o progresso social, dificultam a sustentabilidade ambiental, condicionam a segurança e, no fundo, retardam o desenvolvimento.

*A contribuição africana para as emissões de gases com efeitos de estufa é de 3%. No entanto, mais de 80% dos danos provocados pelas alterações climáticas são registados em África.*

O Presidente da AMER debruçou-se, também, sobre a evolução no mercado de carbono, especialmente a ampliação do Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM) pela União Europeia, referindo que “ainda estamos a 10% ou 20% das reais necessidades globais”, apesar do aumento do compromisso financeiro de 100 mil milhões na COP28 para 300 mil milhões na COP29. Destacou, no entanto, como factor positivo, o diálogo entre a União Europeia e África sobre esta temática.

Durante a entrevista, Ricardo Pereira reforçou a necessidade de maior colaboração entre Governo e Sector Privado para apresentar propostas robustas e competitivas. “Falhámos no passado porque as nossas propostas não eram suficientemente detalhadas. Agora é o momento de unir esforços e garantir que Moçambique esteja na vanguarda dos investimentos climáticos e energéticos”, afirmou.

Pereira também destacou a importância da cooperação regional, apontando iniciativas como a criação de uma coligação de associações de energias renováveis na África Subsaariana. “Estas parcerias podem partilhar experiências e atrair investimentos estratégicos para o sector”, explicou.

Olhando para o futuro, o Presidente da Associação Moçambicana das Energias Renováveis destacou a importância da COP30, em Belém do Pará, no Brasil, como um momento crucial para reforçar a justiça climática e exigir ações concretas dos países desenvolvidos. Sobretudo, será uma oportunidade para ver representadas as realidades dos países em desenvolvimento e enfatizar a abordagem do Sul Global.

Enfatizou a necessidade de Moçambique maximizar as oportunidades oferecidas por programas como o Pacto de Armazenamento Energético e a Estratégia de Transição Energética Justa. Em particular, relativamente à primeira iniciativa, Ricardo Pereira mencionou que “tendo mais de 50% da população fora da rede, Moçambique está numa posição privilegiada para beneficiar deste compromisso, que prevê multiplicar por 15 a capacidade global de armazenamento de energia”. Além disso, destacou os avanços na estruturação da rede elétrica em Moçambique, com melhorias como a implementação de um código de rede e uma central de despacho pela Electricidade de Moçambique (EDM), colocando o país numa posição estratégica para atrair investimentos. Moçambique “precisa de utilizar o tempo até à COP30 para fazer pressão e demonstrar que está preparado para receber investimentos estratégicos”, reforçou.

Ao avaliar o futuro, Ricardo Pereira mostrou-se otimista: “2025 e 2026 serão anos de aceleração no acesso à energia. Com novos compromissos e programas renovados, Moçambique tem a oportunidade de transformar promessas em ações concretas”.

*“2025 e 2026 serão anos de aceleração no acesso à energia. Com novos compromissos e programas renovados, Moçambique tem a oportunidade de transformar promessas em ações concretas”*



# II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP

Impulsionando uma Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva para a CPLP

27 E 28 MAIO 2025

Centro de Congressos do Estoril  
CASCAIS  
PORTUGAL



2 DIAS DE PROGRAMA DE ALTO NÍVEL

+500 PARTICIPANTES

MINISTROS DE ENERGIA, FINANCIADORES, EMPRESÁRIOS, ESPECIALISTAS

ZONAS DE EXPOSIÇÃO E NETWORKING EXCLUSIVO

## JÁ CONHECE A POSSIBILIDADE DE PATROCÍNIO?

### PROGRAMA

DIAMOND	GOLD	SILVER
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divulgação de Material Promocional</li> <li>✓ 2 Slots de Oradores – sessão ministerial e painel</li> <li>✓ Media Coverage com Slot na Media Room, Entrevista Pré/Pós Evento, e 1 Artigo</li> <li>✓ Logótipo nos Materiais de Comunicação</li> <li>✓ 12 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 3 Entradas na Zona VIP</li> <li>✓ Organização de 1 Painel</li> <li>✓ Sala de Reuniões Reservada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divulgação de Material Promocional</li> <li>✓ 2 Slots de Oradores</li> <li>✓ Media Coverage com Slot na Media Room e 1 Artigo</li> <li>✓ Logótipo nos Materiais de Comunicação</li> <li>✓ 8 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 2 Entradas na Zona VIP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Divulgação de Material Promocional</li> <li>✓ 1 Slot de Orador</li> <li>✓ Media Coverage de 1 Artigo</li> <li>✓ Logótipo nos Materiais de Comunicação</li> <li>✓ 4 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 1 Entrada na Zona VIP</li> </ul>

### EXPOSIÇÃO

STAND GRANDE	STAND MÉDIO	STAND PEQUENO
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Stand Promocional 5m x 5m</li> <li>✓ 6 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 2 Entradas na Zona VIP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Stand Promocional 5m x 2m</li> <li>✓ 4 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 1 Entrada na Zona VIP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Stand Promocional 2m x 2m</li> <li>✓ 2 Entradas na Conferência</li> </ul>

### MARKETING

SALAS	ZONAS	MATERIAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Naming de Salas</li> <li>✓ 6 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 1 Entrada na Zona VIP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Naming de Espaços</li> <li>✓ 4 Entradas na Conferência</li> <li>✓ 1 Entrada na Zona VIP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Personalização do Merchandising do Evento</li> <li>✓ 2 Entradas na Conferência</li> </ul>

Ajude-nos a promover a transição energética na CPLP!

Mais informações:  
[www.energiacplp.com](http://www.energiacplp.com)

PROMOÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS

